



PODER JUDICIÁRIO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

PCTT: 96.000.04
21ª VF/DI
Fls. 423
Rubrica

AÇÃO ORDINÁRIA/OUTROS

PROCESSO Nº 16170-13.2013.4.01.3400

DECISÃO Nº 180/2013

CLASSE 1300

AUTORA

:CONSÓRCIO METROPOLITANO e outro

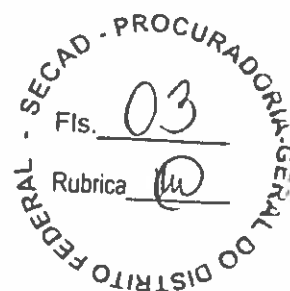
ADVOGADO

:Dr. Valter Ferreira Xavier Filho e outros

RÉ

:UNIÃO FEDERAL e outro

DECISÃO



Cuida-se de Ação Ordinária proposta por TRANSPORTES CIDADE DE BRASÍLIA LTDA. e CONSÓRCIO E METROPOLITANO, representado pela empresa-líder ROTA DO SOL TRANSPORTES E TURISMO LTDA. contra a UNIÃO FEDERAL e o DISTRITO FEDERAL, objetivando, em sede de antecipação de tutela, determinação judicial para "suspender a eficácia da Portaria Nº 47, expedida pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região no dia 20 de fevereiro de 2013 e publicada no dia 26 de fevereiro de 2013, *ab ovo* e até decisão final do presente feito, declarando-se igualmente suspensos os efeitos da decisão adotada pelo DISTRITO FEDERAL com lastro no dito documento".

Postula, ainda, em sede de medida antecipatória, seja determinado a manutenção em poder da Comissão de Licitação e a posterior abertura dos envelopes com as propostas formuladas pelo consórcio autor na Concorrência Pública nº 1/2011 – STPC/DF, em solenidade com observância de todas as regras incidentes na espécie, autorizando-se, se em cotejo com os concorrentes for considerada a melhor proposta e desde logo, a formalização e assinatura do contrato administrativo pertinente.

Os demandantes informam que pretendendo participar da Concorrência Pública nº 1/2011 – STPC/DF que tem como objeto a outorga de Concessão Pública para a Exploração de Serviço Básico Rodoviário

Vislumbro, neste juízo de cognição sumária, razões para o acolhimento da pretensão acautelatória formulada pelos autores.

Com efeito, observo que, do ato administrativo impugnado, consubstanciado na Portaria nº 47, de 20 de fevereiro de 2013 que determinou o cancelamento de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa anteriormente emitida em favor da autora TRANSPORTE CIDADE BRASÍLIA LTDA., com efeitos retroativos a 15 de janeiro de janeiro de 2013, não observou adequadamente os postulados do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

Cumprе ressaltar que a vigente Constituição da República, em seu art. 5º, incisos LIV e LV, consagrou o princípio do devido processo legal (*due process of law*), assegurando, ainda, aos litigantes em sentido lato, seja judicial ou administrativamente, as garantias do contraditório e da ampla defesa, nos termos que passo a transcrever:

Art. 5º ...

LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Analisando os preceitos constitucionais supra, reputo que a garantia constitucional da ampla defesa exige, para sua concretização no âmbito do processo administrativo, a exemplo do que ocorre na seara judicial, o esgotamento das instâncias recursais. Aliás, no tocante a esse aspecto da demanda, o colendo Supremo Tribunal Federal já consolidou o entendimento segundo o qual todo direito ou garantia individual assegurado pela Constituição deve ser interpretado e aplicado com a maior amplitude possível. As limitações e contenções legais a direitos, inclusive de ordem constitucional, sim, são interpretadas e aplicadas mais restritivamente.

Partindo de tais premissas, tenho que a Procuradoria da Fazenda Nacional não observou o princípio do devido processo legal e a garantia constitucional da ampla defesa em sua inteireza, porquanto não concedeu oportunidade aos autores para se manifestarem sobre o cancelamento

[Assinatura]

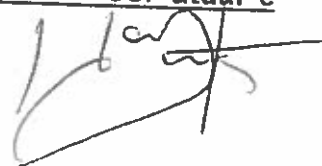
2. Pequeno atraso (quatro minutos) na entrega da documentação relativa à habilitação do licitante não constitui justo motivo para sua exclusão do certame licitatório, vez que não desrespeita o princípio da igualdade entre os licitantes, nem mesmo causa atraso no andamento do processo licitatório. Acrescente-se que na aplicação do princípio da igualdade na licitação, deve-se levar em conta que o objetivo é a participação do maior número de concorrentes, e não de limitação dos participantes, prejudicando o interesse público de aferir a proposta mais vantajosa.

3. Recurso e remessa oficial improvidos (TRF1, AMS 199901000892958, Rel. Juiz Federal Convocado WILSON ALVES DE SOUZA).

O risco de lesão de difícil reparação (*periculum in mora*) é evidente, na espécie, porquanto a inabilitação conduz à devolução do(s) envelope(s) de proposta (Lei n. 8.666/93, art. 43, inciso II), com prosseguimento do certame, o que alija, definitivamente, os autores da licitação.

Nesse contexto, entendo que merece registro as ponderações do Desembargador Federal JOÃO BATISTA MOREIRA ao apreciar pedido de antecipação da tutela recursal no Agravo de Instrumento nº 0022920-80.2012.4.01.0000/DF:

A propósito, calha a lição de Sérgio Ferraz, quanto à prevalência, em certas situações, do *periculum in mora* sobre a relevância de fundamentos, para efeito de concessão ou manutenção de liminar, não só no mandado de segurança. Diz o mencionado autor, relativamente ao mandado de segurança, que "o juiz deverá sempre conceder a liminar, uma vez evidenciado o *periculum in mora*, desde que a inicial não seja inepta. Como adequadamente lecionou Adhemar Ferreira Maciel (*Observações sobre a liminar no mandado de segurança*, RT 547/25), o juiz concederá a liminar não porque o direito subjetivo invocado lhe pareça provável, mas tão apenas porque possível. E pouco importa (ao contrário do que parecia a Castro Nunes, ob. cit., 6ª ed., p. 349) que o ato coator seja comissivo ou omissivo. É dizer, no sopesar da verificação dos pressupostos da liminar, a atenção do julgador dirigir-se-á muito mais à alegação de *periculum* (que deve ser atual e





VALTER XAVIER

CONTRA FÉ

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA VARA DA SEÇÃO
JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL.**

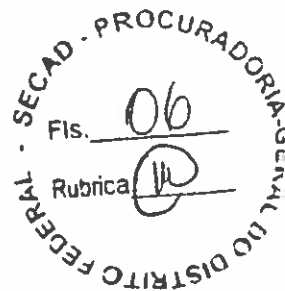
CONSÓRCIO METROPOLITANO, sociedade sem personalidade jurídica composta das empresas TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA., ROTA DO SOL TRANSPORTES E TURISMO LTDA., COOTRANSP – COOPERATIVA DE TRANSPORTES LTDA., MCS LOCAÇÃO, TRANSPORTES E CONSTRUÇÕES LTDA. e CENTRAL EXPRESSO TRANSPORTES LTDA., neste ato representado, na conformidade do ato de sua constituição, pela empresa-líder ROTA DO SOL TRANSPORTES E TURISMO LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 03.103.551/0001-79, com sede na Área de Desenvolvimento Econômico ADE, Quadra 402, Conjunto 01 Lote 17 – Recanto das Emas (DF), CEP 72.630-201, esta representada por seu sócio-administrador, o Senhor Marcos de Souza Lemos, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 1.073.327-SSP/DF e do CPF nº 364.453.801-82, e **TRANSPORTE CIDADE BRASÍLIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.636.604/0001-30, sediada no SIA Trecho 02 Lotes nº 1220, 1230 e 1240 Parte "C" – Guará (DF), CEP 71.200-020, por seus mandatários bastante **(doc.01)**, vêm, mui respeitosamente, perante Vossa Excelência, propor

AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE,

com pedido de

ANTECIPAÇÃO DE TUTELA,

em desfavor da **UNIÃO** e do **DISTRITO FEDERAL**, ambos pessoas jurídicas de direito público interno, representados, respectivamente, pelo Advogado Geral da União e pelo Procurador Geral do Distrito Federal, que podem ser encontrados nas sedes da Advocacia Geral da União da 1ª Região e da Procuradoria Geral do Distrito Federal, localizada aquela no Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco "E" Ed. PGU, e esta na Praça do Buriti, s/nº - Brasília (DF), com esteio nas razões de fato e de direito adiante exteriorizadas.





VALTER XAVIER

I. Das publicações

Visando ao correto acompanhamento processual, realizado por intermédio das intimações no Diário da Justiça Eletrônico, a partir do sistema de informática do Tribunal e com auxílio dos serviços particulares contratados pelos causídicos dos postulantes, requerem sejam as publicações efetuadas em nome do seguinte patrono, sob pena de nulidade:

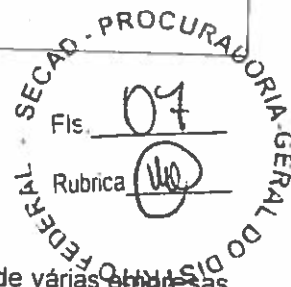
Valter Ferreira Xavier Filho – OAB/DF 3137

II. Dos fatos

O primeiro requerente (CONSÓRCIO METROPOLITANO), composto de várias empresas (**doc.02**) e especialmente da segunda requerente (TRANSPORTE CIDADE BRASÍLIA LTDA. – **doc.03**) foi constituído com o escopo de participar da Concorrência Pública nº 1/2011 – STPC/DF, instaurada pelo segundo demandado (DISTRITO FEDERAL) por intermédio da Secretaria de Transportes do Distrito Federal e tendo como objeto a outorga de Concessão Pública para Exploração de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (**doc.04**).

No cumprimento dos objetivos de sua criação, o primeiro requerente adotou as medidas necessárias para a sua efetiva participação no aludido certame, apresentando, no prazo estabelecido, os documentos exigidos pelo Edital respectivo, dentre os quais se destaca e no quanto interessa ao presente feito a Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida em 13/09/2012 e com validade até 12/03/2013, em relação à segunda requerente (**doc.05**).

Sucede, no entanto, que ao realizar o exame dessa documentação, o segundo demandado (DISTRITO FEDERAL) noticiou que a habilitação do primeiro autor (CONSÓRCIO METROPOLITANO) mereceu recusa em virtude da edição da Portaria nº 47, de 20 de fevereiro de 2013, publicada em 26/02/2013 pela primeira requerida (UNIÃO), por intermédio da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª. Região, a qual cancelou a Certidão Conjunta supra referida, antes expedida em favor da segunda autora (**doc.06**).



07.



VALTER XAVIER

Surpresos, tanto o primeiro quanto a segunda requerente, os autores diligenciaram para descobrir o que teria ocorrido, verificando que a dita Procuradoria Regional da Fazenda Nacional houvera instaurado o Processo nº 12221.000193/2013-14 em 15/02/2013 e resolvido cancelar, cinco dias depois e sem qualquer oportunidade de defesa, os efeitos da certidão expedida em favor da empresa no dia 13/09/2012 e **com validade até 12/03/2013 (doc.07)**.

Resgatada, de imediato e sem qualquer questionamento a pendência referida na precitada Portaria nº 47 **(doc.08)**, por motivos óbvios, o primeiro requerente submeteu ao segundo requerido o pleito de reexame da indigitada recusa de habilitação, destacando a manifesta e evidente nulidade do ato praticado pela primeira demandada **(doc.09)**; todavia, sem êxito **(doc.10)**.

III. Da flagrante nulidade da Portaria nº 47 por desrespeito à repercussão geral decretada pelo Supremo Tribunal Federal

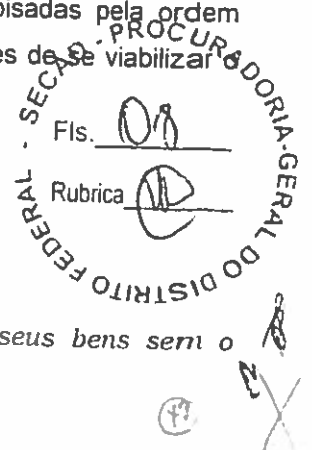
Analisado o inteiro teor do procedimento administrativo que gerou a edição da malsinada Portaria nº 47 pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª. Região **(doc.07)**, observa-se que referido ato sobrou materializado sem viabilizar qualquer direito de defesa ao contribuinte, o que repudia os mais elementares e mezinhos alicerces do direito vigente no mundo dito civilizado, *venia permissa*, não se descartando, no caso, a possibilidade de cuidar-se de expediente adrede concebido sob interesses escusos e para atingir tanto os direitos da empresa quanto do consórcio na referida Concorrência, de grande e notória repercussão para a Capital da República.

Afinal, além da indiscutível coincidência de datas e da velocidade para a prática do insólito ato de tão funestas consequências para a imensa maioria dos contribuintes – *cancelamento de certidão de regularidade fiscal* –, supérfluo consignar que parece de inteligência pacífica no seio jurídico que todo e qualquer ato administrativo capaz de causar prejuízos, restrições, deveres e ônus ao contribuinte – *como o verificado no caso vertente* – não prescinde de decisões proferidas por juízo isento e mediante o devido processo legal, garantias constitucionais repisadas pela ordem jurídica subalterna, não se podendo presumir culpa de quem quer que seja antes de se viabilizar contraditório e de se possibilitar o exercício de defesa. Confira-se:

“Art. 5º (...)

XXXVII – não haverá juízo ou tribunal de exceção;
(...)

LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;



LV – aos litigantes, em processo judicial ou **administrativo**, e aos acusados em geral **são assegurados o contraditório e ampla defesa**, com os meios e recursos a ela inerentes” (Constituição Federal).

*"Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, **razoabilidade**, **proporcionalidade**, moralidade, **ampla defesa**, **contraditório**, **segurança jurídica**, interesse público e eficiência.*

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

(...)

III – objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

(...)

VI – adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

(...)

VIII - observância das **formalidades** essenciais à **garantia** dos direitos dos administrados;

*IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, **segurança e respeito aos direitos dos administrados;***

X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

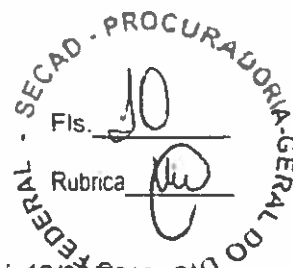
(...)

*XIII – interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o **atendimento do fim público** a que se dirige, vedada **aplicação retroativa** de nova interpretação.” (Lei nº 9.784, de 1999 – Lei do Processo Administrativo no âmbito da Administração)*

Da leitura dos comandos constitucional e legal sobre o tema, verifica-se que a **UNIÃO**, no caso vertente, desconsiderou de modo teratológico a finalidade a que o ato por ela praticado deveria atingir, qual seja o recebimento de eventual crédito de que se considerasse titular. Afinal, carece de sentido jurídico o cancelamento da certidão expedida, durante o prazo da respectiva validade e a poucos dias de sua expiração, sem a adoção de qualquer medida para o eventual recebimento judicial



VALTER XAVIER



ou extrajudicial do pretense crédito. Com efeito, cancelou-se certidão válida até 12/03/2018 no dia 26 de fevereiro do mesmo ano, ou seja, cerca de apenas quatorze dias antes, **e com efeitos retroativos a 15 de janeiro**, data em que supostamente estaria restabelecida a exequibilidade da dívida ali noticiada, em afronta explícita ao princípio da razoabilidade. Vilipendiou-se o direito do contribuinte à segurança jurídica e intangibilidade do passado; sepultou-se a garantia de contraditório e da ampla defesa em manifesto desrespeito ao direito dos administrados; tornou-se letra morta a vedação à retroatividade nas decisões administrativas olvidando-se, às inteiras, do interesse público subjacente que há de conduzir os atos vinculados à cobrança de créditos do erário.

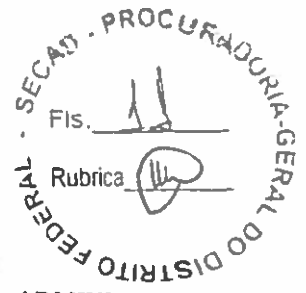
Essa conduta, conforme lecionam os doutos e pacificou o excelso Supremo Tribunal Federal por intermédio do instituto da repercussão geral – **de observância obrigatória por todos os jurisdicionados, inclusive os órgãos de Estado** –, materializa indefectível ilegalidade e merece veemente repúdio da ordem jurídica. Confira-se:

"(...) ILEGALIDADE NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. QUEBRA DE PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. (...) II. Devido processo legal, princípio que exige no procedimento da Administração, a Portaria instauradora, apontando a imputação/acusação a ser apurada. Produção de prova sujeita ao contraditório. Intimações dos atos processuais com correta e clara indicação do local, do dia e hora em que serão realizados. Ausentes tais elementos, óbvio que há patente ilegalidade formal no procedimento a demonstrar sua nulidade. (...) IV – Caracterizadas e demonstradas as ilegalidades apontadas, não se justifica descredenciamento ou cancelamento de cursos, por nulidade ab initio do ato administrativo revocatório." (TRF1, 6ª Turma, MAS 0028970-15.2009.4.01.3400-DF, rel. Des. Fed. Jirair Aram Merguerian, e-DJF1 p. 240, de 16/10/2012).

"DIREITO ADMINISTRATIVO. ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO CUJA FORMALIZAÇÃO TENHA REPERCUTIDO NO CAMPO DE INTERESSES INDIVIDUAIS. PODER DE AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. NECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SOB O RITO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E COM OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL." (STF, RE 594296, rel. Min. Menezes Direito, j. 13/11/2008, DJe-030, 12/02/2009).



VALTER XAVIER



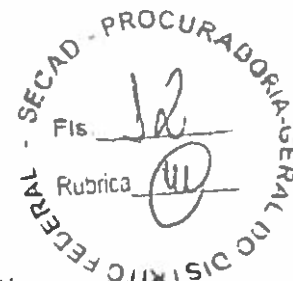
"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO DO PODER DE AUTOTUTELA ESTATAL. (...) REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. 1. Ao Estado é facultada a revogação de atos que repare ilegalmente praticados; porém, se de tais atos já decorreram efeitos concretos, seu desfazimento deve ser precedido de regular processo administrativo. 2. (...) Ordem de revisão de contagem de tempo de serviço, de cancelamento de quinquênios e de devolução de valores tidos por indevidamente recebidos apenas pode ser imposta ao servidor depois de submetida a questão ao devido processo administrativo, em que se mostra de obrigatória observância o respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa." (STF, Pleno, RE 594296, rel. Min. Dias Toffoli, j. 21/09/2011, Repercussão Geral – Mérito, Acórdão Eletrônico DJe-030, 10/02/2012).

"(...) Tratando-se de anulação de ato administrativo cuja formalização haja repercutido no campo de interesses individuais, a anulação não prescinde da observância do contraditório, ou seja, da instauração de processo administrativo que enseje a audição daqueles que terão modificada situação já alcançada. Presunção de legitimidade do ato administrativo praticado, que não pode ser afastada unilateralmente, porque é comum a Administração e ao particular." (STF, 2ª Turma, RE 158543, rel. Min. Marco Aurélio, j. 30/08/1994, DJ 6/10/1995, p. 33135).

"(...) ACORDO DE PRORROGAÇÃO DE PAGAMENTO. ANULAÇÃO DE ACORDO SEM REGULAR PROCESSO ADMINISTRATIVO. MANUTENÇÃO DE PARCELAMENTO. EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. PRECEDENTE DO STF EM RECURSO REPETITIVO. 1. Ao Estado é facultada a revogação de atos que repare ilegalmente praticados; porém, se de tais atos já decorreram efeitos concretos, seu desfazimento deve ser precedido de regular processo administrativo (RE 594.296, RG/MG, Pleno, rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 13/02/2012). 2. (...) Inexiste controvérsia acerca do fato de que o INSS anulou o acordo sem



VALTER XAVIER



a *prévia instauração de procedimento administrativo, posição essa que não se coaduna com o disposto no art. 5º LV, da Constituição Federal, que assegura aos litigantes em processo administrativo as garantias do contraditório e ampla defesa.*" (TRF1, 6ª. Turma Suplementar, MAS 0002049-02.2002.4.01.3000-AC, rel. Des. Fed. Náiber Pontes de Almeida, e-DJF1 p. 370, de 13/03/2013).

Nesse diapasão, afigurando-se pacífico que no procedimento administrativo que culminou com a edição da Portaria nº 47 não se atentou para a garantia do devido processo legal – *que não se concebe sem a concessão de oportunidade ao contribuinte para o contraditório e o exercício da ampla defesa* –, dentre outros vícios antes consignados, impõe-se o reconhecimento e a declaração de nulidade do indigitado ato *ab ovo*, de sorte que dele não se extraia qualquer efeito jurídico em desfavor dos autores.

IV. Da manifesta ilegalidade do ato praticado pelo Distrito Federal

Consoante se revela sem dificuldade alguma, o único obstáculo em desfavor dos autores encontrado pelos dignos encarregados da Comissão de Licitação incumbida de realizar a Concorrência Pública nº 1/2011-STPC foi o ingresso no mundo jurídico da malsinada Portaria nº 47, da lavra da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª. Região, de início destacada.

Nesse diapasão, cientes referidos servidores de que o dito ato administrativo apoiava-se em manifesta nulidade, porquanto suprimidos ilegal, inconstitucional e flagrantemente o contraditório e o devido processo legal, cumpria-lhes desconsiderar qualquer repercussão dessa peça no dito procedimento licitatório, sob pena de a recalcitrância autorizar a busca da via jurisdicional. Observe-se, a propósito, excerto do recurso administrativo adrede apresentado:

*"No entanto, não é menos verdade que a Procuradoria da Fazenda Nacional, via **ato arbitrário e ilegal**, cancelou a referida certidão de regularidade com base na alegação de que: "...as dividas inscritas terem recobrado plenamente a exigibilidade em 15/01/2013".*

Ora, o fato das dividas da empresa passarem a ser exigíveis não autoriza a administração pública a cancelar certidão que se encontra em pleno vigor, até mesmo porque consta do próprio corpo da certidão os seguintes dizeres: (...)

*Fato é que a Portaria nº 47 de 20/02/2013 é nula de pleno direito, por ofensa aos **princípios da legalidade, contraditório e ampla defesa**, porquanto antes de ter sido lavrada deveria a autoridade*



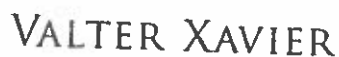
VALTER XAVIER



estatal intimar a Recorrente da intenção de rescisão do parcelamento das dívidas, o que não foi feito, fato que preteriu seu sagrado direito de defesa." (fls. 32121/32122, do Processo Licitatório - **doc.07**).

Nesse descortino, considerando que a documentação acostada revela de modo pacífico e incontroverso o fato de a Comissão de Licitação haver desclassificado o primeiro autor do certame com lastro apenas e exclusivamente em documento nulo e ao qual não se poderia emprestar qualquer eficácia no mundo jurídico, impõe-se, na conformidade do princípio da reparação integral do dano e da reposição das coisas ao *status quo ante*, o decreto de nulidade de todos os atos subsequentes praticados pelo DISTRITO FEDERAL que se ancoraram na indigitada Portaria nº 47 da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª. Região, consoante remansosa orientação doutrinária e jurisprudencial, ancorada na teoria dos "frutos da árvore envenenada". Recorde-se:

"Os procedimentos dos agentes da administração tributária que contrariem os postulados consagrados pela Constituição da República revelam-se inaceitáveis e não podem ser corroborados pelo Supremo Tribunal Federal, sob pena de inadmissível subversão dos postulados constitucionais que definem, de modo estrito, os limites - inultrapassáveis - que restringem os poderes do Estado em suas relações com os contribuintes e com terceiros. A QUESTÃO DA DOUTRINA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA ("FRUITS OF THE POISONOUS TREE"): A QUESTÃO DA ILICITUDE POR DERIVAÇÃO. Ninguém pode ser investigado, denunciado ou condenado com base, unicamente, em provas ilícitas, quer se trate de ilicitude originária, quer se cuide de ilicitude por derivação. Qualquer novo dado probatório, ainda que produzido, de modo válido, em momento subsequente, não pode apoiar-se, não pode ter fundamento causal nem derivar de prova comprometida pela mácula da ilicitude originária.- A exclusão da prova originariamente ilícita - ou daquela afetada pelo vício da ilicitude por derivação - representa um dos meios mais expressivos destinados a conferir efetividade à garantia do "due process of law" e a tornar mais intensa, pelo banimento da prova ilicitamente obtida, a tutela constitucional que preserva os direitos e prerrogativas que assistem a qualquer acusado em sede processual penal. Doutrina. Precedentes.- A doutrina da ilicitude por derivação (teoria dos "frutos da árvore envenenada") repudia, por constitucionalmente inadmissíveis, os meios probatórios, que, não obstante produzidos,



validamente, em momento ulterior, acham-se afetados, no entanto, pelo vício (gravíssimo) da ilicitude originária, que a eles se transmite, contaminando-os, por efeito de repercussão causal. Hipótese em que os novos dados probatórios somente foram conhecidos, pelo Poder Público, em razão de anterior transgressão praticada, originariamente, pelos agentes estatais, que desrespeitaram a garantia constitucional da inviolabilidade domiciliar. - **Revelam-se inadmissíveis, desse modo, em decorrência da ilicitude por derivação, os elementos probatórios a que os órgãos estatais somente tiveram acesso em razão da prova originariamente ilícita, obtida como resultado da transgressão, por agentes públicos, de direitos e garantias constitucionais e legais, cuja eficácia condicionante, no plano do ordenamento positivo brasileiro, traduz significativa limitação de ordem jurídica ao poder do Estado em face dos cidadãos.**" (STF, 2ª, Turma, HC 93050/RJ, rel. Min. Celso de Mello, j. 10/06/2008, DJe-142, 31/07/2008, p. 700).

"10. O nosso ordenamento encampou a doutrina dos frutos da árvore envenenada, segundo a qual não se admitirá no processo as provas ilícitas, isto é, contaminadas por vício de ilicitude ou ilegitimidade, sendo certo que todas as demais delas decorrentes também estarão contaminadas com tal vício e deverão ser expurgadas do processo." (STJ, 6ª. Turma, HC 204778/SP, rel. Min. Og Fernandes, j. 04/10/2012, DJe 29/11/2012)

V. Da necessidade da antecipação de tutela

O ato administrativo refletido na Portaria nº 47 da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª. Região afigura-se nulo *ab ovo* porquanto, além de cancelar a Certidão passada em favor da segunda requerente sem procedimento administrativo submetido ao princípio constitucional do devido processo legal, que não dispensa o contraditório e a ampla defesa, **revela-se absolutamente inócuo para outra finalidade exceto a esdrúxula interferência no procedimento licitatório em testilha**, haja vista que o documento cancelado corresponde a uma “*Certidão Conjunta*”; vale dizer, expedida a um só tempo pela Receita Federal e pela dita Procuradoria, conforme nela mesmo registrado (**doc.05**). E não há o registro de qualquer questionamento ou consulta relativamente à situação da empresa junto à Delegacia da Receita Federal ou mesmo de se retirar a possibilidade de qualquer cobrança a ser eventualmente realizada pela pretensa credora diante de vista sua fugaz validade. Isso tudo, independente de constar do dito documento ressalva expressa nesse sentido.

Demais disso, houve afronta direta e inescusável ao disposto pela Lei nº 10.522/2002, que regula diretamente a matéria e assim dispõe sobre casos da espécie:

“Art. 37-B. Os créditos das autarquias e fundações públicas federais, de qualquer natureza, poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) prestações mensais:

(...)

§ 11. A falta de pagamento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais, implicará a imediata rescisão do parcelamento e, conforme o caso, o prosseguimento da cobrança."

Em consequência e com o mais profundo respeito, descortinou evidente excesso de exação a providência perpetrada por intermédio da edição da Portaria nº 47, pois ausente previsão legal de "cancelamento" da certidão de regularidade fiscal antes expedida, como ocorrido à sorrelfa e de surpresa. Tais circunstâncias permitem que sobre referido ato administrativo paire uma névoa indissolúvel quanto a eventual desvio de finalidade, porquanto a veiculação desse óbice licitatório ocorreu às vésperas do exame da regularidade da documentação oferecida¹, com inusitados efeitos retroativos e sem permitir qualquer prévio e oportuno direito de defesa, além de restar veiculado mediante procedimento *ex officio*.

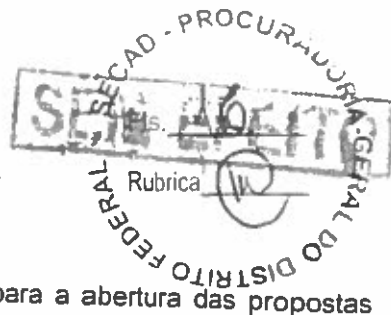
Portanto e em suma, a verossimilhança das alegações se revela pertinente, haja vista a farta documentação apresentada em apoio aos fatos noticiados, seja pela cópia integral do Procedimento Administrativo nº 12221.000193/2013-14 que gerou a guerreada Portaria nº 47; seja pelos demais elementos referidos nos autos e capazes de tornar incontroverso o ocorrido, inclusive o desrespeito ao devido processo legal e à sagrada possibilidade de oportuna defesa antes da prática do ato que restringiu o direito do contribuinte.

De outra banda, o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação consiste no ilegal e prematuro afastamento dos requerentes do certame em destaque por força de indevida inabilitação, com a provável devolução dos envelopes contendo as propostas de preço apresentadas pelo consórcio autor. Nesse descortino, embora no último dia 28 de março tenha sido realizada a cerimônia de abertura das propostas dos concorrentes quanto ao Lote 03 da Concorrência (doc. 11), o envelope contendo a proposta dos autores ainda se acha lacrado e em poder do segundo réu, viabilizando a realização de sua abertura com toda a solenidade de estilo, sem qualquer prejuízo para

¹Início do Procedimento Administrativo: dia 15/02/2013; Publicação da Portaria nº 47: dia 26/02/2013; Abertura dos envelopes de qualificação: dia 28/02/2013.



VALTER XAVIER



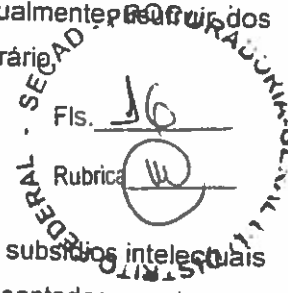
a disputa. E, de toda sorte, ainda não se encontra definida a data para a abertura das propostas relativas aos demais lotes, mas isso poderá acontecer a qualquer instante e em detrimento dos autores, o que dispensa maiores comentários e lucubrações.

Finalmente, sucede ponderar que se limitando o obstáculo apontado pela digna Comissão de Licitação à malsinada Portaria nº 47, sobra evidente que ultrapassada essa questão a verdadeira vencedora será a população do Distrito Federal que poderá, eventualmente, receber dos serviços públicos objeto da futura concessão com um dispêndio menor de numerário.

VI. Do pedido

Fortes em todo o exposto e contando com os doutos e inestimáveis subsídios intelectuais de Vossa Excelência, bem como afirmando a autenticidade das cópias ora apresentadas, nos termos do inciso IV do artigo 365 do Código de Processo Civil, os autores pedem:

- a) Seja deferida liminarmente e *inaudita altera pars*, a antecipação de tutela necessária para suspender a eficácia da Portaria nº 47, expedida pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª. Região no dia 20 de fevereiro de 2013 e publicada no dia 26 de fevereiro de 2013, *ab ovo* e até decisão final do presente feito, declarando-se igualmente suspensos os efeitos da decisão adotada pelo DISTRITO FEDERAL com lastro no dito documento;
- b) Seja determinado, em vassalagem à antecipação de tutela deferida, a manutenção em poder da Comissão de Licitação e a posterior abertura dos envelopes com as propostas formuladas pelo consórcio autor na referida Concorrência Pública, em solenidade com observância de todas as regras incidentes na espécie, autorizando-se, se em cotejo com os concorrentes for considerada a melhor proposta e desde logo, a formalização e assinatura do contrato administrativo pertinente, sem prejuízo do andamento normal do presente feito;
- c) Seja determinada a comunicação urgente e imediata da referida antecipação de tutela à UNIÃO e ao DISTRITO FEDERAL para seu efetivo cumprimento, inclusive em horário e dias especiais, se necessário, tendo em vista a urgência da medida;
- d) Seja determinada a citação da UNIÃO e do DISTRITO FEDERAL, na pessoa de seus respectivos representantes legais e nos endereços de início mencionados para apresentarem no prazo legal, querendo, a resposta que reputarem pertinente e oportuna, sob pena de experimentarem os efeitos da revelia;
- e) Sejam produzidos todos os meios de prova em Direito admissíveis;



(M)



VALTER XAVIER

f) Seja, a final, julgado procedente o pedido e declarada nula e de nenhum efeito jurídico, desde a sua edição, a Portaria nº 47, expedida pela UNIÃO por intermédio da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª. Região no dia 20 de fevereiro de 2013 e publicada no dia 26 de fevereiro de 2013, inclusive quanto aos efeitos dela decorrentes na Licitação objeto da Concorrência Pública nº 1/2011-STPC, de início referida e em curso sob a responsabilidade do DISTRITO FEDERAL;

g) Sejam, ainda, condenados os requeridos a ressarcir os autores das custas, despesas processuais e pagarem os honorários advocatícios fixados por Vossa Excelência na conformidade do previsto pelos §§ 3º e 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil.

Distribuída e autuada esta com os documentos que a instruem, dá-se à causa o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).


Termos em que pedem e esperam deferimento.


Brasília (DF), 03 de abril de 2013.


VALTER FERREIRA XAVIER FILHO
OAB/DF 3137

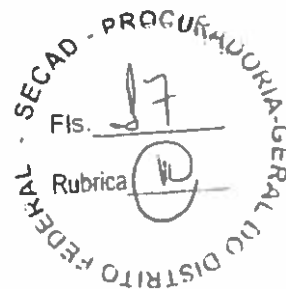

CATIÚSCIA PACHECO PIRES DE OLIVEIRA
OAB/DF 31.804


GABRIEL DA SILVA PIRES DE SÁ
OAB/DF 31.804


CAMILA ARAÚJO MARTINS
OAB/DF 34.733


RAYAK DE JESUS NONATO
OAB/DF 34.900

FELIPE CIANNI DE LARA RESENDE
OAB/DF 37.870

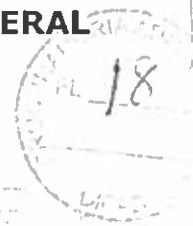




PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Cópia

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 21ª VARA FEDERAL
DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL.



RECEBUE
21/01/2014
10h12
C 000000

PROCESSO: 0016170-13.2013.4.01.3400

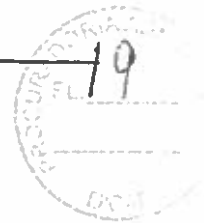
AUTOR: TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA. E ROTA DO SOL
TRANSPORTE E TURISMO LTDA.

RÉUS: DISTRITO FEDERAL E UNIÃO

O DISTRITO FEDERAL, ente público já devidamente qualificado nos autos da Ação em epígrafe, vem, com o devido respeito e acatamento, por intermédio do seu Procurador que a esta subscreve, poderes *ex lege*, apresentar o seguinte

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Em face do provimento acautelatório deferido por este Eminentíssimo Juízo liminarmente e que consistiu na determinação de manter "em poder da Comissão de Licitação da Concorrência nº 1/2011 - STPC/DF os envelopes contendo as propostas apresentados pelo Consórcio Metropolitano, recebe e julgue regularmente ditas propostas, nos termos do edital", fazendo-o nos termos da argumentação fática e jurídica a seguir exposta:



I – DO RESUMO DOS FATOS

A empresa Transportes Cidade Brasília Ltda. em litisconsórcio com o Consórcio Metropolitano, este último representado pela empresa-líder Rota do Sol Transportes e Turismo Ltda., ajuizou a presente ação de conhecimento pelo rito ordinário com pedido de antecipação dos efeitos da tutela consubstanciado na suspensão da eficácia da Portaria nº 47, expedida pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região, bem como a suspensão de decisão do Distrito Federal adotada com base naquela Portaria.

Alega que a referida Portaria teve o condão de cancelar a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPD-EN) expedida em seu favor sem a observância do devido processo legal e que tal ato acarretou a sua inabilitação no procedimento licitatório voltado à contratação de delegatários do serviço de transporte público coletivo no âmbito do Distrito Federal.

Ao apreciar o pleito antecipatório, Vossa Excelência, valendo-se da fungibilidade prevista no §7º do artigo 273 do CPC, deferiu provimento cautelar, cuja parte dispositiva encontra-se vazada nos seguintes termos:

*"Diante do exposto e presentes os pressupostos processuais da urgência no atendimento da prestação jurisdicional e da plausibilidade do direito invocado, **DEFIRO**, em caráter incidental do processo ajuizado (Código de Processo Civil, art. 273, §7º), o provimento **CAUTELAR** para suspender a eficácia da Portaria nº47, de 26 de fevereiro de 2013, expedida pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região, bem como para suspender a decisão administrativa que inabilitou*

o Consórcio Metropolitano na Concorrência nº 1/2011 - STPC/DF.

Determino ainda, ao segundo réu (DISTRITO FEDERAL) que mantenha em poder da Comissão de Licitação da Concorrência nº 1/2011 - STPC/DF os envelopes contendo as propostas apresentadas pelo Consórcio Metropolitano, recebe e julgue regularmente ditas propostas, nos termos do edital."

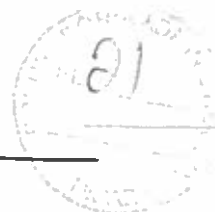
Ante tal decisão, ora passa a se manifestar o Distrito Federal para ao final concluir que ela merece reconsiderada, pois, dentre outros fundamentos, a parte autora faltou com a lealdade processual e que o provimento ora em análise poderá trazer sério dano à população do Distrito Federal.

II - DA FALSA PREMISSA EM QUE SE SUSTENTA O PROVIMENTO ORA OBJETO DE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Conforme consta da fundamentação da decisão sob exame, Vossa Excelência ateve-se à alegação da parte autora no sentido de que a União, por meio da Procuradoria da Fazenda Nacional, violou o direito fundamental ao contraditório ao "cancelar" a Certidão Negativa de Débitos com Efeitos de Negativa sem a oitiva da parte interessada, qual seja a empresa Transportes Cidade Brasília Ltda.

Ocorre que, em contato com a Procuradoria da Fazenda Nacional, pôde-se obter a informação segundo a qual tal premissa encontra-se equivocada.

É que, ao cancelar a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, a Procuradoria da Fazenda Nacional **notificou** a empresa Transportes



Cidade Brasília Ltda., mas esta quedou-se silente. E, diga-se de passagem, tal informação acerca da notificação foi solenemente sonegada pela empresa autora na presente demanda judicial.

Em outro dizer, ao contrário do que alegado pelas empresas autoras, o **contraditório** foi sim homenageado, mas de **forma diferida**. Isto é, se a empresa Transportes Cidade Brasília Ltda. realmente possuísse elementos para rever a decisão da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional, deveria impugnar o ato, tal como lhe foi oportunizado quando de sua notificação da decisão.

No entanto, ela nada fez, apenas manteve-se inerte até aguardar o tempo de se criar o melhor momento para se conseguir provimento jurisdicional fundado quase que exclusivamente na urgência. É o famoso caso da "urgência criada".

Ao omitir informações importantíssimas para o convencimento deste Juízo, bem como ao "fabricar" urgência para o caso, é de se constatar que **as autoras faltaram com a lealdade processual**, o que põe em xeque o pleito por ela formulado.

Mas não é só!

III - DOS POTENCIAIS DANOS A SEREM CAUSADOS AO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO EM CURSO

Não obstante a falta de lealdade processual por parte das empresas autoras ser argumento bastante em si para que a decisão proferida liminarmente seja reconsiderada, cumpre demonstrar os severos danos

que podem ser causados ao certame caso haja o efetivo cumprimento da decisão em exame. Explica-se:

O procedimento licitatório deflagrado pelo Edital de Concorrência nº 01/2011 - ST/DF, do qual o Consórcio autor foi inabilitado, encontra-se na seguinte fase: julgamento das propostas de preço apresentadas pelas empresas habilitadas para o Lote nº 1, que corresponde ao último lote a ser adjudicado.

O certame foi dividido em 5 (cinco) Lotes/Bacias, de acordo com o espaço territorial do Distrito Federal. O Lote nº 1, com base em tal referência geográfica, corresponde às regiões do **Lago Norte, Varjão, Plano Piloto, Sobradinho I e II e Planaltina.**

Pois bem. Como se vê, o Lote nº 1 engloba as áreas de maior circulação da população distrital, uma vez que abarca o Plano Piloto, que é o eixo financeiro, político e administrativo do Distrito Federal. E, em razão disso, é, sem sombra de dúvidas, o Lote de maior interesse das empresas licitantes e que atingirá o maior número de usuários do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.

Ante tal circunstância, há de ser feita as seguintes indagações: é razoável conferir a uma empresa que possui **gritante inidoneidade fiscal** o direito de ser delegatária do serviço de transporte coletivo, sobretudo dentro dos limites territoriais de maior concentração de usuários do sistema? Como ficará o certame no caso de ser confirmada a sua inidoneidade fiscal no curso deste processo e ela tiver sido declarada vencedora do Lote nº 1? Anular-se-ão todos os atos pretéritos? Deverão ser repetidos os atos? Nenhum destes questionamentos é de fácil resolução.

Enfim, inúmeros são os questionamentos que surgirão ante o implemento da decisão que ora se busca ser reconsiderada, mas em qualquer circunstância quem mais irá sentir os seus efeitos será a população do Distrito Federal, pois estará a mercê da insegurança jurídica do procedimento licitatório que terá sua continuidade com uma empresa manifestamente inidônea tida por habilitada.

Em outro dizer, o cumprimento da decisão tal como proferida, colocará em risco a segurança jurídica do certame em curso e, em paralelo a isso, trará sérios danos à população distrital.

IV – DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto e forte nos argumentos supra, o Distrito Federal pugna pela reconsideração do provimento acautelatório deferido em favor das autoras, devendo ser mantida a inabilitação do Consórcio Metropiltano no procedimento licitatório deflagrado pelo Edital de Concorrência nº 01/2011 – ST.

Termos em que pede deferimento.

Brasília/DF, 10 de abril de 2013.


EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR
Procurador do Distrito Federal



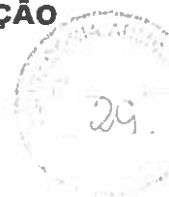
VALTER XAVIER

21ª VF / RF
Fls. 639
Rubrica

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 21ª. VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL.

Processo nº 16.170-13.2013.4.01.34.00

Ação Declaratória de Nulidade



21ª VARA

16.170-13.2013.4.01.34.00

CONSÓRCIO METROPOLITANO E OUTRA, devidamente identificados e qualificados nos autos supra, vêm, mui respeitosamente, perante Vossa Excelência, em aditamento ao petítório datado de 12 de abril de 2013, por intermédio do qual noticiou que por duas vezes, em procedimento nada ortodoxo, restou adiada a sequência do certame licitatório em comento, sendo a última suspensão por tempo indeterminado, e que havia rumores acerca da articulação de bastidores, pelos responsáveis por dita concorrência, para a prática de atos tendentes a causar tumulto no presente feito, registrar o seguinte:

1. Apesar de aberto o envelope relativo ao Lote nº 01, que materializava uma das propostas formuladas pelo requerente no dito certame licitatório (**doc.01**), cujo desate, entretanto, até esta data não restou noticiado pela Administração, permaneceram em poder da Comissão de Licitação, para abertura oportuna conforme determinação judicial, os envelopes contendo as propostas do requerente para os demais lotes;
2. Entretanto, e apesar disso, veio a lume, por intermédio do Diário Oficial do Distrito Federal desta data, que no último dia 26 de abril de 2013 (sexta-feira), o DISTRITO FEDERAL teria celebrado os Contratos de Concessão nº 007/2013 e 008/2013



VALTER XAVIER



21ª VF/DF
Fls. 620
Rubrica: [assinatura]

(doc.02), por intermédio de sua Secretaria de Estado de Transportes Públicos, o que literalmente visa prejudicar o requerente quanto aos Lotes 03 e 04 da dita Licitação, em manifesto e evidente descumprimento da decisão judicial proferida, a qual textualmente reconheceu a regularidade da habilitação do requerente e os consectários daí emergentes.

Nessas condições, requerem seja o digno representante legal do DISTRITO FEDERAL devidamente intimado para esclarecer de imediato o ocorrido, bem como seja determinado, desde logo, a suspensão da eficácia de qualquer ato administrativo capaz de traduzir desobediência à decisão judicial em destaque, especialmente os efeitos dos Contratos de Concessão nº 007/2013-ST/DF e 008/2013-ST/DF, porquanto o requerente concorreu aos referidos lotes e ainda não teve os seus respectivos envelopes de proposta abertos, embora de há muito determinado por Vossa Excelência.

Termos em que pedem e esperam deferimento.

Brasília (DF), 29 de abril de 2013.


VALTER FERREIRA XAVIER FILHO
OAB/DF 3137

CATIÚSCIA PACHECO PIRES DE OLIVEIRA
OAB/DF 31.804

GABRIEL DA SILVA PIRES DE SÁ
OAB/DF 34.675

CAMILA ARAÚJO MARTINS
OAB/DF 34.733

RAYAK DE JESUS NONATO
OAB/DF 34.900


FÉLPE CIANNI DE LARA RESENDE
OAB/DF 37.870



PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

PCTT: 96.000.04	21ª VF/DF
Fls. 423	
Rubrica	

AÇÃO ORDINÁRIA/OUTROS

DECISÃO Nº 180/2013

PROCESSO Nº 16170-13.2013.4.01.3400

CLASSE 1300

AUTORA

:CONSÓRCIO METROPOLITANO e outro

ADVOGADO

:Dr. Valter Ferreira Xavier Filho e outros

RÉ

:UNIÃO FEDERAL e outro

DECISÃO

Cuida-se de Ação Ordinária proposta por TRANSPORTES CIDADE DE BRASÍLIA LTDA. e CONSÓRCIO E METROPOLITANO, representado pela empresa-líder ROTA DO SOL TRANSPORTES E TURISMO LTDA. contra a UNIÃO FEDERAL e o DISTRITO FEDERAL, objetivando, em sede de antecipação de tutela, determinação judicial para *"suspender a eficácia da Portaria Nº 47, expedida pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região no dia 20 de fevereiro de 2013 e publicada no dia 26 de fevereiro de 2013, ab ovo e até decisão final do presente feito, declarando-se igualmente suspensos os efeitos da decisão adotada pelo DISTRITO FEDERAL com lastro no dito documento"*.

Postula, ainda, em sede de medida antecipatória, seja determinado a manutenção em poder da Comissão de Licitação e a posterior abertura dos envelopes com as propostas formuladas pelo consórcio autor na Concorrência Pública nº 1/2011 – STPC/DF, em solenidade com observância de todas as regras incidentes na espécie, autorizando-se, se em cotejo com os concorrentes for considerada a melhor proposta e desde logo, a formalização e assinatura do contrato administrativo pertinente.

Os demandantes informam que pretendendo participar da Concorrência Pública nº 1/2011 – STPC/DF que tem como objeto a outorga de Concessão Pública para a Exploração de Serviço Básico Rodoviário



Vislumbro, neste juízo de cognição sumária, razões para o acolhimento da pretensão acautelatória formulada pelos autores.

Com efeito, observo que, do ato administrativo impugnado, consubstanciado na Portaria nº 47, de 20 de fevereiro de 2013 que determinou o cancelamento de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa anteriormente emitida em favor da autora TRANSPORTE CIDADE BRASÍLIA LTDA., com efeitos retroativos a 15 de janeiro de janeiro de 2013, não observou adequadamente os postulados do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

Cumprе ressaltar que a vigente Constituição da República, em seu art. 5º, incisos LIV e LV, consagrou o princípio do devido processo legal (*due process of law*), assegurando, ainda, aos litigantes em sentido lato, seja judicial ou administrativamente, as garantias do contraditório e da ampla defesa, nos termos que passo a transcrever:

Art. 5º ...

LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Analisando os preceitos constitucionais supra, reputo que a garantia constitucional da ampla defesa exige, para sua concretização no âmbito do processo administrativo, a exemplo do que ocorre na seara judicial, o esgotamento das instâncias recursais. Aliás, no tocante a esse aspecto da demanda, o colendo Supremo Tribunal Federal já consolidou o entendimento segundo o qual todo direito ou garantia individual assegurado pela Constituição deve ser interpretado e aplicado com a maior amplitude possível. As limitações e contenções legais a direitos, inclusive de ordem constitucional, sim, são interpretadas e aplicadas mais restritivamente.

Partindo de tais premissas, tenho que a Procuradoria da Fazenda Nacional não observou o princípio do devido processo legal e a garantia constitucional da ampla defesa em sua inteireza, porquanto não concedeu oportunidade aos autores para se manifestarem sobre o cancelamento



21ª VF/13ª
Fls. 5425
Rubrica:

2. Pequeno atraso (quatro minutos) na entrega da documentação relativa à habilitação do licitante não constitui justo motivo para sua exclusão do certame licitatório, vez que não desrespeita o princípio da igualdade entre os licitantes, nem mesmo causa atraso no andamento do processo licitatório. Acrescente-se que na aplicação do princípio da igualdade na licitação, deve-se levar em conta que o objetivo é a participação do maior número de concorrentes, e não de limitação dos participantes, prejudicando o interesse público de aferir a proposta mais vantajosa.

3. Recurso e remessa oficial improvidos (TRF1, AMS 199901000892958, Rel. Juiz Federal Convocado WILSON ALVES DE SOUZA).

O risco de lesão de difícil reparação (*periculum in mora*) é evidente, na espécie, porquanto a inabilitação conduz à devolução do(s) envelope(s) de proposta (Lei n. 8.666/93, art. 43, inciso II), com prosseguimento do certame, o que alija, definitivamente, os autores da licitação.

Nesse contexto, entendo que merece registro as ponderações do Desembargador Federal JOÃO BATISTA MOREIRA ao apreciar pedido de antecipação da tutela recursal no Agravo de Instrumento nº 0022920-80.2012.4.01.0000/DF:

A propósito, calha a lição de Sérgio Ferraz, quanto à prevalência, em certas situações, do *periculum in mora* sobre a relevância de fundamentos, para efeito de concessão ou manutenção de liminar, não só no mandado de segurança. Diz o mencionado autor, relativamente ao mandado de segurança, que "o juiz deverá sempre conceder a liminar, uma vez evidenciado o *periculum in mora*, desde que a inicial não seja inepta. Como adequadamente lecionou Adhemar Ferreira Maciel (*Observações sobre a liminar no mandado de segurança*, RT 547/25), o juiz concederá a liminar não porque o direito subjetivo invocado lhe pareça provável, mas tão apenas porque possível. E pouco importa (ao contrário do que parecia a Castro Nunes, ob. cit., 6ª ed., p. 349) que o ato coator seja comissivo ou omissivo. E dizer, no sopesar da verificação dos pressupostos da liminar, a atenção do julgador dirigir-se-á muito mais à alegação de *periculum* (que deve ser atual e

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 21ª VARA
FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL.

PROT. 001.0 - JUAJU

6 MAI 11 01 30 055424

JUIZ FEDERAL - DF

REF.: PROCESSO N.º 16170-13.2013.4.01.3400

AUTOR: CONSÓRCIO METROPOLITANO E TRANSPORTES
CIDADE BRASÍLIA

RÉUS: UNIÃO E DISTRITO FEDERAL

O **DISTRITO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Anexo do Palácio do Buriti, Edifício Sede da Procuradoria do Distrito Federal, por seu Procurador adiante assinado, vem se **manifestar** acerca do mandado de intimação recebido nesta Procuradoria em 2 de maio de 2013 as 18hs00:

O citado mandado de intimação veicula despacho que determina a manifestação do Distrito Federal acerca de suposta violação à decisão interlocutória proferida às fls. 423/425-v.

Às fls. 619/620, a parte autora alega que o Distrito Federal estaria descumprindo a decisão de fls. 423/425-v, ao argumento de que, ao assinar os Contratos de Concessão nº 007/2013 e 008/2013, estaria lhe prejudicando quanto aos lotes 03 e 04 do certame.

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Ocorre que, consoante será demonstrado em breves linhas, a missiva da parte autora se reveste em uma tentativa de tentar induzir este Eminentíssimo Juízo ao erro, bem como na intenção de tentar utilizar o processo para obter objeto ilegal. Explica-se:

A parte dispositiva da decisão proferida por Vossa Excelência às fls. 423/425-v, no que se refere à obrigação imposta ao Distrito Federal, foi enfática no sentido de determinar:

*"que **mantenha** em poder da Comissão de Licitação da Concorrência nº 01/2011 – STPC/DF os envelopes contendo as propostas apresentadas pelo Consórcio Metropolitano, **recebe e julgue** ditas propostas, nos termos do edital."* (negritos nossos)

Veja, Excelência, as determinações constantes do *decisum* em comento foram no sentido de **"manter"**, **"receber"** e **"julgar"** as propostas apresentadas pela parte autora perante a Comissão de Licitação, **"nos termos do edital"**.

Foi justamente isso que foi feito. Ao ser intimado da decisão, o Distrito Federal agiu tal qual determinado por Vossa Excelência: **recebeu, manteve e julgou** as propostas do consórcio autor **nos termos edital**.

Em termos práticos, quando o Distrito Federal foi intimado da citada decisão, iniciou a fase de julgamento da proposta **para o lote 1**, pois, **nos termos do edital**, era o lote remanescente.

Em outras palavras, Vossa Excelência determinou que fosse adotado o procedimento exatamente nos termos do edital e assim foi feito: a proposta da parte autora para o lote 01, que já havia sido

recebida, foi aberta em sessão pública e agora está em fase de julgamento.



Vistos os fatos sob esse ângulo, tem-se a clara certeza de que não houve qualquer espécie de descumprimento à decisão proferida por Vossa Excelência, ao contrário, ela foi seguida à risca e o procedimento seguiu a sua marcha regular, com a **participação da parte autora no certame**, nos **termos do edital**.

Ocorre que, o que realmente almeja a parte autora, sob a alegação de que houve descumprimento da decisão, é desconstituir atos jurídicos já perfeitos e acabados.

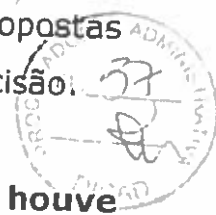
Isto porque, quando o Distrito Federal foi intimado da decisão oriunda deste Juízo, os lotes 03 e 04 já haviam sido julgados e adjudicados às empresas vencedoras, tendo ocorrido em momento posterior apenas o exaurimento de tais atos (julgamento e adjudicação do objeto): **a assinatura dos respectivos contratos**.

Em outro dizer, os lotes 03 e 04 não foram objeto de alcance da decisão proferida por Vossa Excelência por dois motivos principais:

- 1) Quando do recebimento da decisão, os lotes 03 e 04 já haviam sido adjudicados às empresas vencedoras, revestindo-se, assim, de atos jurídicos perfeitos e acabados, somente podendo ser atacados por meio de ação específica para esse fim; e
- 2) Vossa Excelência determinou que a proposta da parte autora fosse julgada nos termos do Edital e, nos termos

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

editais, faltava somente o julgamento das propostas
relativas ao lote 01 quando do recebimento da decisão.



Nessa perspectiva, é de destacar que **não houve descumprimento da decisão** proferida por este Eminentíssimo Juízo, ao contrário do que quer fazer crer a parte autora.

Pensar de forma diversa seria o mesmo que conferir à decisão interlocutória, fundada em cognição sumária, eficácia retroativa (*ex tunc*), o que é de todo absurdo!

Por fim, não é demais lembrar que a parte autora sequer impugnou administrativamente a adjudicação dos objetos dos lotes 03 e 04 às empresas vencedoras.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 6 de maio de 2013.

EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR
Procurador do Distrito Federal
OAB/DF 29.190



21ª VARA/DF
Fl. <u>667</u>
Rubrica: <u>ee</u>

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

43

AÇÃO ORDINÁRIA/OUTROS

DECISÃO Nº 285 /2013

PROCESSO Nº 16170-13.2013.4.01.3400

CLASSE 1900

AUTORA

:CONSÓRCIO METROPOLITANO e outro

ADVOGADO

:Dr. Valter Ferreira Xavier Filho e outros

RÉ

:UNIÃO FEDERAL e outro

DECISÃO

Em petição acostada às fls. 619/620 os autores noticiam que o Distrito Federal estaria descumprindo a decisão deste Juízo proferida em 8 de abril de 2013 (fls. 423/425v), porquanto teria celebrado em 26 de abril de 2013 os Contratos de Concessão nºs 007/2013 e 008/2013 referentes aos Lotes 3 e 4 da Concorrência Pública nº 1/2011 – STPC/DF, sem analisar as propostas apresentadas pelo Consórcio Metropolitano nos referidos lotes.

Por meio do despacho de fl. 638 os réus foram instados a se manifestar sobre o alegado descumprimento de ordem judicial.

Em resposta a União afirma que, de sua parte, cumpriu fielmente a decisão desde Juízo (fls. 648/650).

O Distrito Federal, por sua vez, afirma que não há que se falar em descumprimento de ordem judicial, pois quando foi intimado da decisão apenas o Lote 1 pendia de análise das propostas. Segundo alega, os Lotes 3 e 4 já haviam sido julgados e adjudicados às empresas vencedoras (fls. 662/665).

Em que pese as alegações constantes da petição de fls. 662/665, observo que o Distrito Federal não cumpriu a ordem deste Juízo vazada nos seguintes termos: ***"Determino, ainda, ao segundo réu (DISTRITO FEDERAL) que mantenha em poder da Comissão de Licitação da***

decisão proferida em 8 de abril de 2013.

Destaco, por fim, que em consulta processual ao site do Tribunal Regional Federal da 1ª Região constatei que o Agravo de Instrumento nº 0023623-74.2013.4.01.0000 interposto pela União Federal contra a decisão deste Juízo encontra-se aguardando decisão quanto ao pedido de efeito suspensivo.

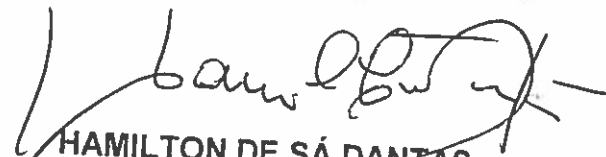
Assim, observa-se que a decisão que antecipou os efeitos da tutela (fls. 423/425v) se encontra em pleno vigor.

Ante o exposto, determino nova intimação do Distrito Federal, com urgência, para que cumpra integralmente a determinação contida na decisão de fls. 423/425v), ou seja, *mantenha em poder da Comissão de Licitação da Concorrência nº 1/2011 – STPC/DF os envelopes contendo as propostas apresentadas pelo Consórcio Metropolitano (Lotes 1, 3 e 4), receba e julgue regularmente ditas propostas, nos termos do edital*, sob pena de imposição de multa por descumprimento de ordem judicial.

Tendo em vista que o Distrito Federal não analisou as propostas apresentadas pelo Consórcio autor e prosseguiu na licitação relativamente aos Lotes 3 e 4 descumprindo a decisão deste Juízo, determino a imediata suspensão dos Contratos de Concessão nºs 007/2013 e 008/2013, publicados no Diário Oficial do Distrito Federal de 29 de abril de 2013, conforme requerido às fls. 619/620.


Intimem-se.

Brasília-DF, 20 de maio de 2013.


HAMILTON DE SÁ DANTAS
JUIZ FEDERAL TITULAR DA 21ª VARA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

21ª VT / DF
Fs. 680
Rubrica 

SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF
(d)

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE
REQUERENTE : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR
PROCURADOR : MARCOS VINICIUS WITCZAK
REQUERIDO : JUÍZO FEDERAL DA 21ª VARA - DF
AUTOR : TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA
AUTOR : CONSORCIO METROPOLITANO

DECISÃO

O DISTRITO FEDERAL requer a suspensão da liminar deferida pelo MM. Juiz Federal da 21ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Ordinária 16170-13.2013.4.01.3400, determinando a imediata suspensão dos Contratos de Concessão ns. 007/2013 e 008/2013, publicados no Diário Oficial do Distrito Federal de 29/04/2013, relativamente à Concorrência Pública 01/2011-ST, cujo objeto é a Concessão de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.

Esclarece a requerente que a ação fora ajuizada pela empresa TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA, em litisconsórcio com o CONSÓRCIO METROPOLITANO, este representado pela empresa-líder ROTA DO SOL TRANSPORTES E TURISMO LTDA, pleiteando a suspensão da eficácia da Portaria n. 47, expedida pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região, que cancelara a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa expedida em seu favor, sem a observância do devido processo legal, bem como a suspensão da decisão do Distrito Federal que, com base na aludida Portaria, considerou a autora desabilitada para participar da Concorrência n. 01/2011; que o pedido foi deferido, determinando, ainda, o Juízo *a quo* que fosse mantido em poder da Comissão de Licitação os envelopes contendo as propostas apresentadas pelo Consórcio Metropolitano, recebendo e julgando regularmente ditas propostas, nos termos do edital; que as requeridas voltaram aos autos, alegando que o Distrito Federal estaria descumprindo a decisão, ao argumento de que "ao assinar os Contratos de Concessão 007/2013 e 008/2013, estaria lhe prejudicando quanto aos lotes 03 e 04 do certame" (fl. 6); que intimado a manifestar, o Distrito Federal esclareceu que "o **CONSÓRCIO METROPOLITANO** foi admitido na fase de

Documento de 4 páginas assinado digitalmente. Pode ser consultado pelo código 7.505.551.0100.2-08, no endereço www.trf1.jus.br/autenticidade.



Nº Lote 2013047166 - 8_0 - SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF (d) - TR50303

SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF
(d)

48
julgamento da proposta para o Lote 01 da Concorrência pois, nos termos do Edital, era o único lote remanescente", isso porque, quanto aos "lotes 03 e 04 já haviam sido julgados e adjudicados às empresas vencedoras" (fl. 6 - grifos no original); que o Juízo a quo entendendo que houvera descumprimento da primeira decisão suspendeu os Contratos de Concessão supra mencionados.

O Requerente sustenta que a decisão que obriga o Distrito federal a admitir no certame Consórcio que é integrado por empresa que não atende os ditames legais e editalícios no tocante à indispensável regularidade fiscal, além de alcançar atos já exauridos da licitação, compromete o regular andamento da Concorrência 1/2011 - STPC/DF e afeta gravemente o interesse público.

Assevera que a Transportes Cidade Brasília Ltda. foi incluída no polo passivo de execuções fiscais ajuizadas contra a Viação Valmir Amaral Ltda, "notórias e contumazes devedoras de tributos, contribuições previdenciárias e verbas trabalhistas, de modo que a participação de empresa do Grupo na licitação para a concessão do serviço de transporte de passageiros no Distrito Federal **mostra-se temerária ao interesse público**" (fl. 10); e que a exigência de regularidade fiscal é o que permite concluir pela idoneidade e aptidão para adimplir o futuro contrato administrativo.

Afiança que a decisão, que habilita no certame licitatório empresa que não possui idoneidade fiscal, viola os artigos 27 e 29 da Lei 8.666/93 e acarreta grave lesão à ordem pública administrativa.

Em relação à lesão à ordem econômica, sustenta que "a licitação envolve a aplicação de vultosos recursos e pretende uma reforma completa no atual notoriamente deficiente sistema de transporte rodoviário de passageiros do Distrito Federal, o que **envolve bilhões de reais em investimentos**"; que, se considerado o prazo de vigência do contrato de concessão, que é de 10 (dez) anos, a prestação do serviço poderá trazer de retorno para os licitantes, a título de faturamento, a **quantia superior a 150 bilhões de reais**", além da "expectativa de toda a sociedade local que deseja urgente melhoria no transporte público local" enorme (fl. 19 - grifos no original).

Requer ao final, a suspensão da decisão, não só em relação à concessão da habilitação ao Consórcio Metropolitano, como também em relação à suspensão da execução dos contratos ns. 007/2013 e 008/2013 e a abertura dos envelopes daquele consórcio para os lotes vinculados aqueles negócios jurídicos (lotes 03 e 04).

Pois bem, como se sabe, a análise da suspensão prevista no art. 4º da Lei 8.437/1992 e no art. 15 da Lei 12.016/2009, restringe-se à verificação da existência de potencial risco de grave lesão à ordem, à saúde, à economia e à segurança pública.



SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF
(d)

49
É certo que, conquanto no âmbito estreito do pedido de suspensão de segurança, se dispense, a princípio, a análise do fundo da controvérsia, é quase sempre inevitável um juízo sumário a respeito das questões jurídicas presentes na ação principal, na estrita medida necessária à verificação da potencialidade lesiva do ato decisório questionado.

Na hipótese, a decisão de suspender os Contratos de Concessão 007/2013 e 008/2013, celebrados em 26/04/2013, decorreu do entendimento de que o Distrito Federal não cumpriu a ordem do Juízo *a quo*, que determinara o recebimento e a análise das propostas das autoras da ação judicial, ressaltando que a inabilitação em todos os lotes deu-se pelo mesmo motivo, qual seja, a edição da Portaria 47/2013, que teve sua eficácia suspensa por decisão judicial.

Tal inabilitação, como se vê dos autos, deveu-se ao cancelamento das Certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débitos (CPENDs) emitidas em favor de uma das empresas do Consórcio participante do certame, porque a devedora, segundo a Fazenda Nacional (integrante do polo passivo da demanda originária), tem débitos inscritos em dívida ativa desde 22/08/2012, por isso que, "logo após haver solicitado parcelamento e pago a parcela inicial que o ratifica, emitiu CPENDs e abandonou o pagamento das parcelas subsequentes, demonstrando que o seu único desiderato ao pleitear o parcelamento era emitir as CPENDs" (fl. 61 e conforme Processo Administrativo 12221.0000193/2013-14 - fl. 255).

Cumprе consignar que a jurisprudência consagrou o entendimento de que "A norma legal aplicável à Execução Fiscal não contém exigência sobre o 'direito de defesa no âmbito administrativo' para elaboração da Certidão de Dívida Ativa – CDA" e bem assim que "Concedido o parcelamento pela Exequernte ao Executado, a Execução ficará suspensa, **salvo comprovado inadimplemento**, até o pagamento da última parcela, ou seja, o cumprimento total da obrigação (AC 2003.38.00.050916-7/MG, Relator Desembargador Federal Catão Alves, DJF 07/05/2010).

É assente, ainda, que o descumprimento do parcelamento torna o crédito tributário exigível e impede a obtenção de CPD-EN (ams 2001.38.00.043004-0/MG, relator Desembargador Federal Reynaldo Fonseca, DJF 16/03/2012).

Fica evidenciado, assim, que as decisões do Juízo *a quo*, adotadas em cognição sumária, portanto sem a certeza da ilegalidade dos atos administrativos questionados, tendo em vista que a exigência de regularidade fiscal está preconizada no art. 27 e 29 da Lei 8.666/93, interferem sobremaneira nas atividades do Poder Público, que pretende garantir à população um modelo mais moderno para o sistema de transporte público do DF.

Documento de 4 páginas assinado digitalmente. Pode ser consultado pelo código 7.505.551 0100.2-08, no endereço www.trf1.jus.br/autenticidade.



Nº Lot: 2013047166 - 8_0 - SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF (d) - TR56303

SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF
(d)

Nesse contexto, a suspensão da Portaria 47 da Fazenda Nacional, permitindo a participação de Consórcio inabilitado pela Comissão de Licitação, bem como a decisão liminar que suspende os Contratos de Concessão n. 007/2013 e 008/2013, relativamente aos lotes 03 e 04 do Certame, adjudicados às suas respectivas vencedoras, é medida que sobrepõe o interesse pessoal dos Requeridos aos interesses públicos, consubstanciados na concessão dos serviços de transporte coletivo, prejudicando a grande maioria da população do Distrito Federal, que depende desse serviço público para sua locomoção, acarretando, portanto, grave lesão à ordem e à economia pública.

Isso posto, defiro o pedido de suspensão das decisões impugnadas.

Comunique-se, com urgência ao Juízo *a quo*. Intimem-se.

Após os trâmites legais, não havendo recurso, aquiem-se os autos.

Brasília, 31 de maio de 2013.



Desembargador Federal Mário César Ribeiro
Presidente



Documento contendo 4 páginas assinado digitalmente pelo(a) DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE, conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que instituiu a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil e Res. nº 397, de 18/10/2004, do Conselho da Justiça Federal. A autenticidade do documento pode ser verificada no site www.trf1.jus.br/autenticidade, informando o código verificador 7.505.551.0100.2-08.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

25/06

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 21ª VARA FEDERAL DA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

11 JUN 09 56 23 050565

PROTÓCOLO NUCJU
RELOGIO Nº 17

JUSTICA FEDERAL-DF

Processo nº 16170-13.2013.4.01.3400

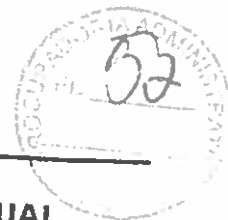
Autor: ROTA DO SOL TRANSPORTES E TURISMO LTDA. (CONSÓRCIO
METROPOLITANO) E TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA.

Réu: UNIÃO E DISTRITO FEDERAL

O DISTRITO FEDERAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, nos autos da Ação Declaratória de Nulidade, vem, com o devido respeito e acatamento, por seu Procurador que a esta subscreve, regularmente constituído por força de lei, no exercício regular das atribuições do cargo, apresentar a presente

CONTESTAÇÃO

com fundamento nos artigos 300 e seguintes combinados com o artigo 188, todos do Código de Processo Civil, em face dos pedidos formulados na inicial, fazendo-o nos seguintes termos.



1. DO RESUMO DOS FATOS. DA SÍNTESE DO ITER PROCESSUAL

A empresa **TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA.** em litisconsórcio ativo com o **CONSÓRCIO METROPOLITANO**, este último representado pela empresa-líder **Rota do Sol Transportes e Turismo Ltda.**, ajuizou a presente ação de conhecimento pelo rito ordinário com pedido de antecipação dos efeitos da tutela consubstanciado na suspensão da eficácia da Portaria nº 47, expedida pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região, bem como a suspensão de decisão do Distrito Federal adotada com base naquela Portaria que a considerou inabilitada para participar da Concorrência nº 1/2011 - STPC/DF.

Alega que a referida Portaria teve o condão de cancelar a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPD-EN) expedida em seu favor sem a observância do devido processo legal e que tal ato acarretou a sua inabilitação no procedimento licitatório voltado à contratação de delegatários do serviço de transporte público coletivo no âmbito do Distrito Federal.

Ao apreciar o pleito antecipatório, este Eminente Juízo, valendo-se da fungibilidade prevista no §7º do artigo 273 do CPC, deferiu provimento cautelar, cuja parte dispositiva encontra-se vazada nos seguintes termos:

"Diante do exposto e presentes os pressupostos processuais da urgência no atendimento da prestação jurisdicional e da plausibilidade do direito invocado, DEFIRO, em caráter incidental do processo ajuizado (Código de Processo Civil, art. 273, §7º), o provimento CAUTELAR para suspender a eficácia da Portaria nº47, de 26 de fevereiro de 2013, expedida pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região, bem como para suspender a decisão administrativa que inabilitou o Consórcio Metropolitano na Concorrência nº 1/2011 - STPC/DF.

Determino ainda, ao segundo réu (DISTRITO FEDERAL) que mantenha em poder da Comissão de



*Licitação da Concorrência nº 1/2011 - STPC/DF os envelopes contendo as propostas apresentadas pelo Consórcio Metropolitano, **receba e julgue regularmente ditas propostas, nos termos do edital.**" (negritos nossos).*

As empresas autoras voltaram aos autos às fls. 619/620 e alegaram que o Distrito Federal estaria descumprindo a decisão, ao argumento de que, ao assinar os Contratos de Concessão nº 007/2013 e 008/2013, estaria lhe prejudicando quanto aos lotes 03 e 04 do certame, respectivamente.

Intimado a se manifestar sobre essas alegações, esclareceu o Distrito Federal que quando foi intimado da citada decisão, o **CONSÓRCIO METROPOLITANO foi admitido na fase de julgamento da proposta para o Lote 01 da Concorrência pois, nos termos do Edital, era o único lote remanescente.**

Isto porque, quando o Distrito Federal foi intimado da decisão judicial em destaque, **os lotes 03 e 04 já haviam sido julgados e adjudicados às empresas vencedoras**, tendo ocorrido em momento seguinte apenas o negócio jurídico posterior e externo à licitação, que é a celebração dos respectivos contratos.

Em outro dizer, os lotes 03 e 04 não foram alcançados pela decisão judicial por **dois motivos principais**:

- 1) Quando do recebimento da decisão, os lotes 03 e 04 já haviam sido adjudicados às empresas vencedoras, revestindo-se, assim, de **atos jurídicos perfeitos e acabados**, estando encerrado o certame com relação a esses Lotes; e
- 2) A decisão judicial determinou que a proposta da parte autora fosse **julgada nos termos do Edital** e, nos termos do Edital, faltava somente o julgamento das propostas relativas ao lote 01 quando do recebimento da decisão.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

54

Não obstante os esclarecimentos prestados, este ilustre magistrado entendeu que houve descumprimento da determinação judicial e exarou nova decisão, cujo dispositivo é o seguinte:

"Ante o exposto, determino nova intimação do Distrito Federal, com urgência, para que cumpra integralmente a determinação contida na decisão de fls. 423/425v., ou seja, mantenha em poder da Comissão de Licitação da Concorrência nº 1/2011 - STPC/DF os envelopes contendo as propostas apresentadas pelo Consórcio Metropolitano (Lotes 1, 3 e 4), receba e julgue regularmente ditas propostas, nos termos do edital, sob pena de imposição de multa por descumprimento de decisão judicial.

Tendo em vista que o Distrito Federal não analisou as propostas apresentadas pelo Consórcio autor e prosseguiu na licitação relativamente aos Lotes 3 e 4 descumprindo a decisão deste Juízo, determino a imediata suspensão dos Contratos de Concessão nºs 007/2013 e 008/2013, publicados no Diário Oficial do Distrito Federal de 29 de abril de 2013, conforme requerido às fls. 619/620."

Contra essa decisão, o Distrito Federal formulou **Pedido de Suspensão de Segurança** junto ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (30008-38.2013.4.01.0000), o qual cassou os efeitos da decisão proferida por este Juízo nos seguintes termos:

"[...]"

É assente, ainda, que o descumprimento do parcelamento torna o crédito tributário exigível e impede a obtenção de CPD-EN (ams 2001.38.00.043004-0/MG, relator Desembargador Federal Reynaldo Fonseca, DJF 16/03/2012).



55

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Fica evidenciado, assim, que as decisões do Juízo a quo, adotadas em cognição sumária, portanto sem a certeza da ilegalidade dos atos administrativos questionados, tendo em vista que a exigência de regularidade fiscal está preconizada no art. 27 e 29 da Lei 8.666/93, interferem sobremaneira nas atividades do Poder Público, que pretende garantir à população um modelo mais moderno para o sistema de transporte público do DF. PODER JUDICIÁRIO

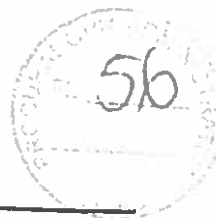
Nesse contexto, a suspensão da Portaria 47 da Fazenda Nacional, permitindo a participação de Consórcio inabilitado pela Comissão de Licitação, bem como a decisão liminar que suspende os Contratos de Concessão n. 007/2013 e 008/2013, relativamente aos lotes 03 e 04 do Certame, adjudicados às suas respectivas vencedoras, é medida que sobrepõe o interesse pessoal dos Requeridos aos interesses públicos, consubstanciados na concessão dos serviços de transporte coletivo, prejudicando a grande maioria da população do Distrito Federal, que depende desse serviço público para sua locomoção, acarretando, portanto, grave lesão à ordem e à economia pública.

Isso posto, defiro o pedido de suspensão das decisões impugnadas.

Comunique-se, com urgência ao Juízo a quo. Intimem-se."

Dessa decisão, as partes já foram devidamente intimadas, bem como este Eminentíssimo Juízo.

Em uma breve síntese, este é resumo dos fatos e das questões incidentais relevantes para o deslinde da controvérsia.



2. DO MÉRITO

2.1 - Da regra do §3º do artigo 195 da Constituição da República

A empresa TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA., uma das autoras da ação e integrante do CONSÓRCIO METROPOLITANO, embora tenha se insurgido contra a revogação da Portaria nº 47, da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região, e que cancelou a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPD-EN) expedida em seu favor, omitiu do Juízo que é responsável por débitos previdenciários inscritos em Dívida Ativa que impedem a emissão de certidão negativa de débitos ou positiva com efeito de negativa.

O fato chegou ao conhecimento da Comissão de Licitação após diligência que houve por bem promover (como lhe faculta o art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93.¹) para esclarecer se a empresa TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA. atualmente ainda ostenta a apregoada situação regular perante a Receita Federal e a Seguridade Social e a resposta obtida revelou que a empresa não pode ser considerada regular perante a Previdência Social.

Com efeito, segundo o OFÍCIO/DIGRA-DF/PRFN - 1ª Região nº 58/2013, cuja cópia segue anexa (**anexo 1**), a TRANSPORTE CIDADE BRASÍLIA LTDA., CNPJ Nº 08636604/0001-30, em momento posterior à antecipação de tutela obtida nesta ação veio a ser considerada **responsável por débitos previdenciários inscritos em nome de empresas coligadas e que a tornaram indubitavelmente em situação irregular perante a Seguridade Social.**

O **fato novo** decorre da circunstância de que aquela empresa é parte do denominado **Grupo Amaral**, havendo confusão patrimonial e financeira entre as empresas que o integram, conforme decisões judiciais

¹ § 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

57

proferidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, pelas quais a TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA. foi incluída no pólo passivo de execuções fiscais ajuizadas contra a Viação Valmir Amaral Ltda. - Viva Brasília, Santo Antonio Transporte e Turismo Ltda., Rápido Veneza Ltda. e as pessoas físicas de Dalmo Josué do Amaral, Dorival Josué do Amaral e Valmir Antonio Amaral.

Ocorre que as empresas do Grupo Amaral são notórias e contumazes devedoras de tributos, contribuições previdenciárias e verbas trabalhistas, de modo que a participação de empresa do Grupo na licitação para a concessão do serviço de transporte de passageiros no Distrito Federal **mostra-se temerária ao interesse público**, eis que há enorme risco de vir a ser comprometida ou até inviabilizada a prestação do serviço público considerado essencial à população local.

Como efeito, a licitação é o meio adequado para selecionar os licitantes em melhores condições para executar com eficiência a prestação objeto do certame licitatório e a exigência de regularidade fiscal é o que permite concluir pela sua **idoneidade e aptidão** para cumprir um futuro contrato administrativo.

Não se olvide, por outro lado, que a regularidade fiscal deve ser comprovada durante todo o procedimento licitatório e até mesmo durante toda a execução do contrato, conforme dispõe o art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93:

"Art. 55 - São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

(...)

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

E, como é por todos sabido, a Constituição veda a contratação



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



pelo Poder Público de pessoa jurídica em débito com a Seguridade Social, em seu artigo 195, § 3º:

§ 3º - A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

E não se diga que a exigência de regularidade fiscal em todas as fases do procedimento careceria de razoabilidade, pois a questão já foi objeto de exame pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 394/DF, na qual afirmou a Corte o seguinte:

"CONSTITUCIONAL. DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO AO JUDICIÁRIO. DIREITO DE PETIÇÃO. TRIBUTÁRIO E POLÍTICA FISCAL. REGULARIDADE FISCAL. NORMAS QUE CONDICIONAM A PRÁTICA DE ATOS DA VIDA CIVIL E EMPRESARIAL À QUITAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS. CARACTERIZAÇÃO ESPECÍFICA COMO SANÇÃO POLÍTICA.

AÇÃO CONHECIDA QUANTO À LEI FEDERAL 7.711/1988, ART. 1º, I, III E IV, PAR. 1º A 3º, E ART. 2º.

(...)

3. Esta Corte tem historicamente confirmado e garantido a proibição constitucional às sanções políticas, invocando, para tanto, o direito ao exercício de atividades econômicas e profissionais lícitas (art. 170, par. ún., da Constituição), a violação do devido processo legal substantivo (falta de proporcionalidade e razoabilidade de medidas gravosas que se dispõem a substituir os mecanismos de cobrança de créditos tributários) e a



violação do devido processo legal manifestado no direito de acesso aos órgãos do Executivo ou do Judiciário tanto para controle da validade dos créditos tributários, cuja inadimplência pretensamente justifica a nefasta penalidade, quanto para controle do próprio ato que culmina na restrição.

É inequívoco, contudo, que a orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal não serve de escusa ao deliberado e temerário desrespeito à legislação tributária. Não há que se falar em sanção política se as restrições à prática de atividade econômica objetivam combater estruturas empresariais que têm na inadimplência tributária sistemática e consciente sua maior vantagem concorrencial. Para ser tida como inconstitucional, a restrição ao exercício de atividade econômica deve ser desproporcional e não-razoável.

(...) – destaques acrescentados”

Nessa perspectiva, considerando esse fato novo, a improcedência do pedido é medida que se impõe.

Mas não é só!

2.2 Das regras dos artigos 27 e 29 da Lei nº 8.666/93

Da mesma forma e seguindo o comando constitucional já referido, é cediço que para ser considerada apta a participar de licitação é indispensável a **comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da licitante**, como se vê do disposto nos arts. 27 e 29 da Lei 8.666/93:



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV - regularidade fiscal e trabalhista; (Redação dada pela Lei nº 12.440, de 2011)

V - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999)

(...)

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em: (Redação dada pela Lei nº 12.440, de 2011)

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

V - prova de inexistência de débitos inadimplidos



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011)

Esse **não é o caso** da empresa TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA., a qual, segundo o citado ofício expedido pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (**anexo 1**), **não está em condições de obter Certidão Negativa da Seguridade Social (INSS), ou mesmo positiva com efeito de negativa**, o que a torna imediatamente inapta para participar da Concorrência nº 1/2011 - STPC/DF.

E, de fato, **não há amparo legal** para a inclusão do CONSÓRCIO METROPOLITANO no processo de licitação **sem a comprovação da regularidade fiscal de todas as empresas que o integram, de modo que a determinação judicial nesse sentido é lesiva não só ao interesse público como a toda a coletividade, ao se dar guarida à devedor contumaz de tributos previdenciários.**

É evidente que se a Constituição e a Lei 8.666/93 vedam a contratação da empresa em situação irregular perante a Seguridade Social, não há espaço para a participação da empresa na fase pré-contratual que é a licitação, sob pena de interpretação que conduziria ao absurdo de se admitir que empresa impedida de contratar possa participar da licitação. Se a empresa não poderá o mais (contratar) é certo que não pode o menos (licitar).

Dá se pode concluir que a regularidade perante a Previdência Social **é imprescindível e necessária** em todos os momentos do certame, porquanto se trata de processo de licitação com vistas à **contratação de empresa concessionária de serviço público.**

Diante disso, é inegável que a pretensão autoral não merece guarida por este Eminentíssimo Juízo, uma vez que qualquer decisão que venha a



ser proferida nestes autos de modo favorável à parte autora afigura-se patentemente contrária à Constituição e à Lei, porquanto não se pode de forma legítima obrigar o Distrito Federal a aceitar e julgar proposta de empresa que está impedida de concorrer, diante da sua situação irregular perante a Seguridade Social.

Mas há mais!

2.3 Da desnecessidade de obediência do contraditório para o cancelamento de CPD-EN.

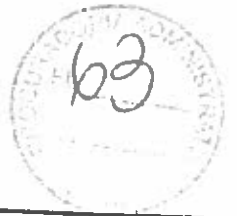
A parte autora fundamenta o seu pedido de habilitação no certame ao argumento de que Procuradoria da Fazenda Nacional violou o princípio do contraditório quando do cancelamento da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPD-EN).

Ocorre que não ocorreu dita violação, uma vez que o que ocorreu foi a sua postergação, uma vez que a empresa Transportes Cidade Brasília foi intimada a se manifestar após o cancelamento da certidão.

Mas ainda que assim não fosse, o entendimento uníssono na jurisprudência é no sentido de que quando o contribuinte concorda com os termos do parcelamento do débito tributário já está ciente de que o inadimplemento da parcela faz ressurgir de forma automática o direito da Fazenda Pública prosseguir com a cobrança da dívida.

Ora, para se prosseguir com a cobrança da dívida que anteriormente havia sido objeto de parcelamento, certamente o passo inicial é o cancelamento também automático da certidão (CPD-EN) outrora expedida, sob pena de inviabilizar o ajuizamento da execução fiscal.

Este entendimento, aliás, restou consignado na decisão proferida pelo Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região quando da análise do Pedido de Suspensão de Segurança formulado pelo Distrito Federal, *in verbis*:



"Cumpra consignar que a jurisprudência consagrou o entendimento de que "A norma legal aplicável à Execução Fiscal não contém exigência sobre o 'direito de defesa no âmbito administrativo' para elaboração da Certidão de Dívida Ativa - CDA" e bem assim que "Concedido o parcelamento pela Exequente ao Executado, a Execução ficará suspensa, **salvo comprovado inadimplemento**, até o pagamento da última parcela, ou seja, o cumprimento total da obrigação (AC 2003.38.00.050916-7/MG, Relator Desembargador Federal Catão Alves, DJF 07/05/2010).

É assente, ainda, que o descumprimento do parcelamento torna o crédito tributário exigível e impede a obtenção de CPD-EN (ams 2001.38.00.043004-0/MG, relator Desembargador Federal Reynaldo Fonseca, DJF 16/03/2012)." - *negritos originais*

Como se observa, Excelência, não é necessária a observância do contraditório prévio para se efetuar o cancelamento de certidão positiva de débitos com efeitos de negativa, uma vez que o contribuinte, quando da feitura do parcelamento, já tem plena ciência de que o seu inadimplemento acarretará a retomada da cobrança do débito.

Nessa perspectiva, é de se concluir que também por esse motivo a improcedência do pedido é medida que se impõe.

3. DO PEDIDO

Ante o exposto, desfiguradas as alegações da parte autora, o **Distrito Federal** requer sejam julgados totalmente improcedentes o pedidos iniciais da empresa autora.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

64

Requer provar o alegado exclusivamente por meio da documentação a esta anexada.

Brasília/DF, 8 de junho de 2013.

EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF 29.190



21ª Vara/D
Fls. 791
rubrica <i>UK</i>

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0029991-02.2013.4.01.0000/DF (d)
 Processo Orig.: 0016170-13.2013.4.01.3400

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
RELATOR CONVOCADO	:	JUIZ FEDERAL RODRIGO NAVARRO DE OLIVEIRA
AGRAVANTE	:	DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	:	EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR
PROCURADOR	:	MARCOS VINICIUS WITCZAK
PROCURADOR	:	EWERTON AZEVEDO MINEIRO
AGRAVADO	:	TRANSPORTES CIDADE BRASILIA LTDA E OUTRO(A)
ADVOGADO	:	VALTER FERREIRA XAVIER FILHO
ADVOGADO	:	CATIUSCIA PACHECO PIRES DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	GABRIEL DA SILVA PIRES DE SÁ
ADVOGADO	:	OSARK ANTONIO VIEIRA
ADVOGADO	:	RAYAK DE JESUS NONATO
ADVOGADO	:	FELIPE CIANNI DE LARA RESENDE

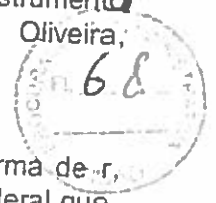
DECISÃO

O Juízo Federal da 21ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em ação sob procedimento ordinário proposta contra o Distrito Federal pelos ora agravados, deferiu pedido de antecipação dos efeitos da tutela para o fim de:

"(...) suspender a eficácia da Portaria nº 47, de 26 de fevereiro de 2013 expedida pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região, bem como para suspender a decisão administrativa que inabilitou o Consórcio Metropolitano na Concorrência nº 1/2011 – STPC/DF.

Determino, ainda, ao segundo réu (DISTRITO FEDERAL) que mantenha em poder da Comissão de Licitação da Concorrência nº 1/2011 – STPC/DF os envelopes contendo as propostas apresentadas pelo Consórcio Metropolitano, receba e julgue regularmente ditas propostas, nos termos do Edital"

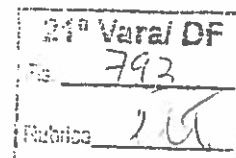
Esta primeira decisão do Juízo Federal a **quo** foi objeto do Agravo de Instrumento nº 0023623-74.2013.4.01.0000/DF, no qual o Juiz Federal Vallisney de Souza Oliveira, convocado, proferiu a seguinte decisão:



"A União interpõe agravo de instrumento por meio do qual pede a reforma de r. decisão do Juízo Federal da 21ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal que, em ação sob procedimento ordinário a ela proposta em litisconsórcio passivo com o Distrito Federal pelos ora agravados, antecipou os efeitos da tutela para o fim de:

"(...) suspender a eficácia da Portaria nº 47, de 26 de fevereiro de 2013 expedida pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região, bem como para suspender a decisão administrativa que inabilitou o Consórcio Metropolitano na Concorrência nº 1/2011 – STPC/DF.





Intime-se o agravado, para os fins do quanto disposto no artigo 527, inciso V, do Código e Processo Civil"

O Distrito Federal interpõe o presente agravo de instrumento por meio do qual pede a reforma de posterior decisão do Juízo Federal de primeiro grau que determinou:

"(...) nova intimação do Distrito Federal, com urgência, para que cumpra integralmente a determinação contida na decisão de fls. 423/425v), ou seja, mantenha em poder da Comissão de Licitação da Concorrência nº 1/2011 – STPC/DF os envelopes contendo as propostas apresentadas pelo Consórcio Metropolitano (Lotes 1, 3, e 4), receba e julgue regularmente ditas propostas, nos termos do edital, sob pena de imposição de multa por descumprimento de ordem judicial.

Tendo em vista que o Distrito Federal não analisou as propostas apresentadas pelo Consórcio autor e prosseguiu na licitação relativamente aos lotes 3 e 4 descumprindo a decisão deste Juízo, determino a imediata suspensão dos Contratos de Concessão nºs 007/2013 e 008/2013, publicados no Diário Oficial do Distrito Federal de 29 de abril de 2013, conforme requerido às fls. 619/620" (fls. 27 dos autos virtuais).

Considero que não mais produz efeitos a decisão agravada no primeiro recurso de agravo, que foi suspensa. Assim, não pode servir de base para que o magistrado de primeiro grau profira a segunda decisão, ora agravada. Assim, defiro o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao agravo, pois verifico a concomitante presença dos requisitos estabelecidos pelo artigo 558 do Código de Processo Civil, até porque duvidosa é a possibilidade de cumulação dos pedidos formulados na ação sob procedimento ordinário em que prolatada as referidas decisões. Diante disso, e considerando que o Distrito Federal não está incluído entre as pessoas jurídicas indicadas no inciso I do artigo 109 da Constituição Federal, nem é litisconsorte passivo necessário na pretensão deduzida na lide em face da União, referente à suspensão inicial e, posteriormente, declaração de nulidade da Portaria nº 47, expedida pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região, que cancelou Certidão Positiva de Débitos com efeito de Negativa com a Receita Federal, pode ser reconhecida a incompetência do Juízo Federal de origem para processar e julgar a pretensão contra ele deduzida naquele processo.

Comunique-se o Juízo Federal da 21ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, solicitando-lhe informações.

Intime-se o agravado, para os fins do quanto disposto no artigo 527, inciso V, do Código e Processo Civil.

Publique-se. Intime-se.

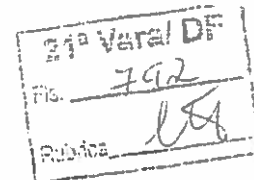
Brasília, 09 de outubro de 2013.

R. Navarro



Juiz Federal **Rodrigo Navarro de Oliveira**
Relator Convocado





Determino, ainda, ao segundo réu (DISTRITO FEDERAL) que mantenha em poder da Comissão de Licitação da Concorrência nº 1/2011 – STPC/DF os envelopes contendo as propostas apresentadas pelo Consórcio Metropolitano, receba e julgue regularmente ditas propostas, nos termos do Edital" (fls. 28 dos autos virtuais).

Como se vê dos elementos que instruem o presente instrumento, na ação originária perante o Juízo *a quo* pretende o agravado a anulação de portaria da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região que tornou sem efeito Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa e, em decorrência desta declaração a determinação de suspensão dos efeitos de decisão adotada por Comissão de Licitação do Governo do Distrito Federal que a inabilitou em procedimento licitatório de outorga de Concessão para a Exploração de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.

Vejo relevância jurídica nos fundamentos deduzidos no arrazoadado recursal, sobretudo a plausibilidade do direito invocado pela Agravante.

Com efeito, constituído o crédito tributário, posteriormente deferido o parcelamento com o pagamento inicial houve em seguida mora do devedor do Fisco, que descumpriu o restante da dívida. A Portaria n. 47 apenas retratou essa realidade, de que a empresa agravada estava inadimplente. A autoridade nesse ponto deveria agir, como agiu, de ofício, podendo após seu ato dar oportunidade de defesa, como deu, a fim de que a empresa agravada se manifestasse e impugnasse o ato. A Portaria tem efeitos declaratórios dados pelas circunstâncias posteriores de que a empresa, antes beneficiária de um parcelamento não cumpriu sua parte, isto é, voltou logo a ser inadimplente, cancelando-se consequentemente o parcelamento. Não há necessidade de contraditório prévio em situações como tais e sim atuação *ex officio* do órgão fazendário, mesmo porque o parcelamento é condicional e se não foi cumprida a condição mediante os pagamentos posteriores a que se comprometeu o contribuinte devem ser restabelecidos imediatamente o *status quo ante*, ou seja, os efeitos declaratórios do inadimplemento do devedor, inclusive com restabelecimento da inscrição em dívida, uma vez que *preexistia* o crédito tributário.

Entendo, assim, que a Portaria nº 47, de 26 de fevereiro de 2013, expedida pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região, não está eivada de nenhuma ilegalidade formal ou material, devendo ser mantida, com todos os seus efeitos, inclusive em processo licitatório.

Ante o exposto, presentes os requisitos do artigo 558 do Código de Processo Civil, defiro o pedido de atribuição de efeito suspensivo à decisão impugnada.

Comunique-se ao Juízo Federal da 21ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, solicitando-lhe informações.

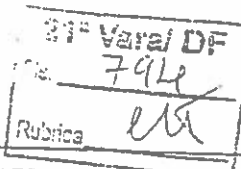


PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0029991-02.2013.4.01.0000/DF (d)

Processo Orig.: 0016170-13.2013.4.01.3400



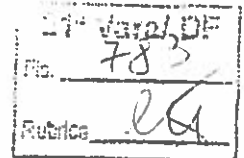
Documento contendo 4 páginas assinado digitalmente pelo(a) JUIZ FEDERAL RODRIGO NAVARRO DE OLIVEIRA (CONV.), conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que instituiu a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil e Res. nº 397, de 18/10/2004, do Conselho da Justiça Federal. A autenticidade do documento pode ser verificada no site www.trf1.jus.br/autenticidade, informando o código verificador 8.714.729.0100.2-13.



Circunscrição : 1 - BRASILIA

Processo : 2013.01.1.092892-0

Vara : 111 - PRIMEIRA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL



DECISÃO INTERLOCUTORIA

Vistos, etc.

ELIETE MARIA DE SOUZA e REGINA CELINA MONTEIRO ajuizaram ação popular em face do DISTRITO FEDERAL, na qual apontaram irregularidades no processo de concorrência n. 01/2011, para reestruturação do sistema de transporte público nesta Capital. Aduz que, no processo, não houve competitividade, que a moralidade pública foi violada. Trazem em seu argumento diversas reportagens veiculadas na mídia local e nacional.

Ao final, requereram a concessão de liminar para determinar a imediata suspensão dos contratos e financiamentos oriundos da Concorrência Pública 001/2011.

A inicial veio acompanhada de documentos de fls. 40/260, 263/229. Sendo posteriormente apresentada a emenda de fls. 231.

Intimado o Distrito Federal para manifestar sobre a liminar no prazo de 72 horas, manteve-se inerte, fl. 411.

Parecer do Douto MP, em que requer a concessão da liminar, fl. 244/250, com documentos de fls. 258/298.

É o breve relatório. Passo a decidir.

Decisão de fls. 299/300, determinou que o autor incluísse as empresas vencedoras no pólo passivo, e solicitou informações à Secretaria de Transportes.

Informações prestadas pela Secretaria de Transportes nas fls. 311/358.

Petição das autoras de fl. 365, com documentos de fls. 366/411.

Petição das autoras de fls. 414/454, com documentos de fls. 455/620.

Decido.

A Lei 4717/65, prevê em seu artigo 5º, §4º, a possibilidade suspensão liminar do ato lesivo ao patrimônio público. Como é consabido, o pedido liminar visa garantir o resultado útil e eficaz da prestação jurisdicional. Para a concessão de liminar faz-se imprescindível a presença dos requisitos da plausibilidade do direito e do perigo do dano irreparável na concessão da medida requerida.

É cediço a admissão do controle de legalidade do ato administrativo por parte do Poder Judiciário, não havendo que se falar em ofensa ao princípio constitucional da independência dos poderes (art. 2º da CF/88).

Neste sentido, o egrégio STJ já se manifestou "ao Poder Judiciário compete apenas o controle da legalidade do ato administrativo, ficando impossibilitado de adentrar na análise do mérito do ato, sob pena de usurpar a função administrativa, precipuamente destinada ao Executivo" (RMS 15.959/MT, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, SEXTA TURMA, julgado em 07.03.2006, DJ 10.04.2006 p. 299).

O presente processo licitatório é alvo de inúmeras denúncias, notícias na imprensa, procedimentos de investigação e ações judiciais.

Quanto à alegação de que o Grupo Constantino foi vencedor em duas bacias (lotes), contrariando expressa disposição editalícia. Tal questão já foi enfrentada em sede liminar nos autos 2013.01.1.052450-4, Desta 1ª Vara Cível, ocasião em que se entendeu que apesar de haver uma relação de parentesco entre diretores das empresas, não havia vínculo formal entre as empresas, não restava configurada a existência de grupo econômico, pelo que foi indeferida a liminar, transcreve-se o trecho da decisão:

"Da análise dos autos, não vislumbro a prova inequívoca capaz de autorizar a concessão do pedido de antecipação dos efeitos da tutela, eis que as afirmações do autor, por si sós, não constituem prova inequívoca suficiente para convencer este Juízo da verossimilhança da alegação.

27ª Vara DF
a Ltda e Dição
do edital de
tre si, já que os
positivo e natalizio

(...)

g) Que tiverem controle societário e/ou administrativo sobre:

Ocorre que as rés Viacão Pioneira e Viacão Piracicabana não possuem

Deve-se ressaltar, ainda, que as condições que implicam restrições à

Destaco que a própria petição inicial não menciona que a Empresa Alvo é

Assim, não se vislumbra de plano a alegada ofensa ao edital de licitação.

Quanto à situação envolvendo o presidente da comissão de licitação, o

Quanto a existência de consultoria administrativa prestada por

Quanto a alegação de contratação ilegal do Escritório de Advogados, a

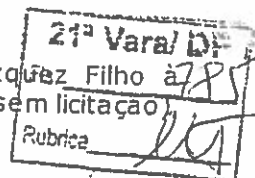
a) O Distrito Federal, através do Secretário de Transportes, confirma

Logo restou demonstrada a atuação de tal Escritório

A omissão de tal informação nas publicações relacionadas à dívida não constitui

b) As informações da Secretaria de Transportes são indies

Não há informações sobre a forma de contratação do(a) profissional.



No depoimento prestado pelo Secretário de Transportes - Senhor José Walter Vazquez Filho à Câmara Distrital, questionado se a contratação do Escritório foi de forma direta (isto é, sem licitação) respondeu:

"Não. As contratações são feitas pelo banco através de listas fechadas e é o banco que escolhe a melhor proposta. Aí, você contrata". (fl. 270, pag 19 do depoimento).

O Secretário referia-se ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no sentido de que tal Banco indicou o Escritório Sacha Reck.

Porém, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID prestou informação no sentido de que não possui relação nem indicou o escritório Sacha Reck para participação no contrato de licitação dos transportes do Distrito Federal (fl. 456).

Logo, houve contratação direta do Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck. Sem procedimento de dispensa de licitação. Restando configurada irregularidades em tal consultoria, visto que a empresa que iniciou os trabalhos de elaboração do edital, LOGITRANS tem entre seus diretores o pai do advogado Sacha Reck, senhor, Garrone Reck.

c) Não há indicação ou fundamentação consistente acerca da opção por contratar-se Consultoria Jurídica para auxílio de Licitação, sem que a Secretaria de Transportes auxiliasse-se dos serviços da Procuradoria do Distrito Federal.

A contratação de serviços de advogado para auxiliar comissão de licitação não é proibida pela Lei 8666/93. Contudo, tendo em vista a existência de órgão jurídico de atuação no Poder Executivo, com elevada capacidade técnica e reconhecido eficiência na atividade jurídica, a Procuradoria do Distrito Federal, mostra-se necessário a realização de decisão administrativa prévia com fundamentação consistente a justificar a oneração dos cofres públicos, para custear serviço que poderia ser realizado por Órgão Próprio (Procuradoria do Distrito Federal).

d) A atividade de consultoria realizada pelo Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck ultrapassou a função de mera consultoria, atuando como efetivos julgadores dos atos relacionados ao processo licitatório, especialmente as questões relativas à habilitação dos concorrentes.

Percebe-se a presença do advogado Sacha Reck na elaboração da Ata de apresentação de envelopes. O que é bastante estranho, tendo em vista que a realização dos atos de registro e averbação são competência exclusiva da Comissão de Licitação. (Documento divulgado na imprensa, constante dos autos 2013.01.1.132169-8).

Percebe-se que o mencionado escritório atua em processo judicial, como na apresentação de Informações em Mandado de Segurança (nº 2012.00.2.020456-6). Tal atribuição é da competência da Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF vez que cabe ao mencionado órgão defender a legalidade do ato administrativo ou dispensar tal defesa (na forma das Orientações Internas da PGDF), quando tratar-se de ato administrativo manifestamente ilegal. (fl. 169).

Também afigura-se estranho que o mencionada escritório atuasse para apresentar peça jurídica para subsidiar a manifestação da Comissão de Licitação à PGDF. Já que a comunicação entre órgãos administrativo não necessita de prévia formalização jurídica do ofício. Bastando que a Comissão encaminhasse informações, que a PGDF iria examinar a legalidade do ato. (fl. 170).

Há nos autos atas do processo licitatório indicando que membros da comissão sentiam-se constrangidos com a atuação do Escritório de Advocacia Sacha e Reck, já que tal escritório definia previamente o conteúdo das decisões administrativas da Comissão.

As decisões dos recursos administrativos eram definidas pelo Escritório, sendo confirmadas pela Comissão, com ressalvas de alguns membros da comissão. Como se verifica no documento de fls. 620, em que as integrantes da comissão escrevem à caneta: "Parecer não lido, apenas visto por exigência do Secretário de Transporte".

As cópias de decisões judiciais e petições iniciais de ações, que apontam pela suspeita de fraudes em licitações de transportes no Estado do Paraná, descrevem um roteiro muito parecido ao evidenciando nos presentes autos. Tal como ocorreu nos Autos 11202-06.2013.8.16.0031, da 1ª Vara Cível de Guarapuava, fls. 570/613 e 463/568:

A empresa Logitrans é contratada para a realização do contrato de licitação, abordando os aspectos técnicos;

O Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck é contratado como órgão consultor, sem

indicação de procedimento prévio de licitação ou procedimento de dispensa/inexigibilidade de licitação.

De se registrar que um dos diretores da Logitrans, Garrone Reck é pai do advogado Sacha Breckenfeld Reck, que atua no mencionado escritório de advocacia. Também é diretor na empresa do senhor Alexis Breckenfeld Reck, irmão do advogado Sacha. (termo de declaração perante MP do Paraná, fl. 83-85).

O Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck controla o procedimento de habilitação e inabilitação dos concorrentes; Empresas que anteriormente celebram contratos advocatícios com o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck sagram-se vencedoras, apresentando propostas de alto valor.

e) Empresas previamente assessoradas pelo Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck sagram-se vencedoras da licitação. Algumas dessas empresas indicaram o valor máximo de preço de tarifa em suas propostas contratuais ou recebem outros favorecimentos.

A Empresa Viação Piracicabana foi favorecida por apresentar complementação de documentos, posteriormente à fase de apresentação de envelopes. Ofício nº 20/2013 - CEL nº 01/2011-ST, de 08/03/2013, subscrito pelo presidente da Comissão de Licitação, Senhor Galeano Furtado Monte, solicita a seguinte documentação: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício; Termo de abertura de Livro Diário Geral; Termo de Encerramento Digital do Livro Diário Geral (...), fls. 615.

Tal situação evidencia tratamento diferenciado e privilegiado à empresa. Tendo em vista que outras empresas foram excluídas da concorrência pela ausência de um ou dois documentos. Enquanto para a Viação Piracicabana admite-se a juntada posterior de amplo caderno documental.

Na informação da Secretaria de transportes há expressa indicação de que o Escritório de advocacia já atuou para a empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda em causas pontuais no Estado de São Paulo. Os sócios dessa empresa são Max Empreendimentos e Participações LTDA, Comporte Participações S/A, e PGM Participações Ltda. Ao passo que a empresa Viação Piracicabana detém como sócios Comporte Participações S/A e Glarus Participações, Maria Zélia Rodrigues de Souza Franca, Paulo Sérgio Coelho, José Efraim Neves da Silva (alteração contratual de 13/02/2013, fl. 164/165). Sendo que a Comporte Participações S/A tem mais 50% do capital da Viação Piracicabana.

Embora não haja identidade total de sócios. A presença de sócios comuns, com capital significativo na empresa, indica uma orientação comum. Bem como demonstram que o resultado de uma empresa influencia no resultado de outra. O advogado que exerce a competência de Consultoria de Licitação, não pode apresentar parecer em relação a empresa que contenha sócio com capital significativo em outra empresa patrocinada juridicamente pelo mesmo advogado.

Logo, restou demonstrado vínculo anterior entre o escritório de advocacia e a empresa Viação Piracicabana, suficiente a impossibilitar a realização de parecer do mencionado escritório em sede de procedimento administrativo

Quanto à Viação Marechal Ltda evidenciou-se que o Escritório de advocacia já fez patrocínio jurídico à mencionada empresa, ainda que seja em relação a dissídios trabalhistas com atuação de Sindicatos.

A Empresa Viação Marechal foi defendida pelo Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck em processos no Estado do Paraná. Inclusive encontra-se envolvida em ação de improbidade com o Advogado Sacha Reck, no Estado do Paraná, havendo decisão judicial determinando indisponibilidade de seus bens.

Logo, restou demonstrado vínculo anterior entre o escritório de advocacia e a empresa Viação Marechal Ltda, suficiente a impossibilitar a realização de parecer do mencionado escritório em sede de procedimento administrativo.

f) O conjunto de elementos dos autos indicam a ocorrência de fraude ao sistema concorrencial: "Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck é contratado como "empresa" para prestar consultoria jurídica, não sendo apresentado procedimento administrativo de licitação ou de dispensa/inexigibilidade de licitação.

"O Escritório atua de forma incisa e constrangedora, definindo o conteúdo das decisões administrativas. Inclusive com tendo o Advogado Sacha Reck assumido atividades ordinárias da Comissão de Licitação, como a digitação da Ata de Entrega de Envelopes.

"Empresas que haviam utilizado os serviços advocatícios do Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck anteriormente são habilitadas nos certames. Ou seja o escritório que faz a consultoria jurídica confere parecer favorável às empresas que são suas clientes, sem indicar qualquer ressalva de suspeição.

"O Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck atua como órgão público, na medida

em que presta consultoria jurídica para comissão licitatória, mas não utiliza-se dos princípios da Administração, mormente a isonomia.

" As empresas vencedoras recebem tratamento privilegiado da Comissão de Licitação. A Empresa Viação Piracicabana recebeu a benesse de entregar inúmeros documentos posteriormente à fase de habilitação. O que indica tratamento privilegiado, proibido no sistema licitatório.

" As empresas vencedoras oferecem propostas no valor máximo permitido na licitação. Afigura-se estranho que empresas do porte das empresas vencedoras não tenham apresentado propostas em valores menores para concorrerem à licitação. Vez que se qualquer outra empresa habilitada apresentasse proposta de R\$0,01 (um centavo) menor já se sagrariam vencedora.

" A Empresa Auto Viação Marechal, vencedora da Bacia 04 apresentou proposta de 2,7192, ao passo que a proposta máxima era do mesmo valor de 2,7192.

Esse comportamento não é usual nem esperado. Toda empresa grande apresenta proposta que permita um mínimo de concorrência com as demais empresas. A proposta indicada pela empresa vencedora indica que esta empresa tinha certeza quanto à inexistência de outros candidatos habilitados na concorrência. O que gera grandes suspeitas em relação ao procedimento licitatório e ao resguardo da amplitude de concorrência.

g) Documentos essenciais da licitação foram sonegados aos órgãos fiscalizadores. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas não teve acesso aos dados orçamentários da licitação, como indica as fl. 264/269.

Consta dos autos, pedido de providência realizado pelo MPTCDF indicando a omissão do Poder Público na divulgação dos dados da licitação.

O Ministério Público do Distrito Federal apresenta parecer pela suspensão dos contratos, apontando irregularidades e ilegalidades no processo licitatório, fls. 244/250.

h) - O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID prestou informação no sentido de que não possui relação nem indicou o escritório Sacha Reck para participação no contrato de licitação dos transportes do Distrito Federal.

i) - A Justiça do Paraná decretou a indisponibilidade de bens e a quebra de sigilo bancários do advogado Sacha Rech e de seu pai, Garrone Reck, e da empresa Auto Viação Marechal, entre outros réus, em virtude de acusação de fraude em processo de licitação de transportes naquele Estado, através de ação civil pública de improbidade administrativa manejada pelo Ministério Público do Paraná.

j) Quanto às empresas, em resumo:

Quanto à empresa Viação Marechal Ltda, vencedora da Bacia 04: foi determinada o bloqueio de seus bens por decisão judicial no Estado do Paraná; Já contratou os serviços advocatícios do escritório do senhor Sacha Reck; apresentou preço igual ao valor máximo da proposta, em atitude que indicava ter certeza da ausência de concorrência, sendo que, posteriormente, confirmou-se a ausência de concorrência na Bacia em que ganhou o contrato;

Quanto à empresa Viação Piracicabana, vencedora da Bacia 01: apresentou documentos essenciais da licitação em data posterior àquela da apresentação de envelopes, indicando tratamento favorecido; O seu principal sócio, com participação no capital social superior a 50%, também é sócio de outra empresa já patrocinada juridicamente pelo escritório Sacha Reck.

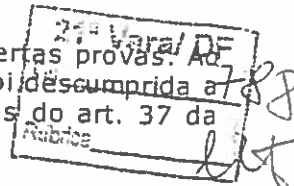
Quanto à empresa Viação Pioneira Ltda, vencedora da Bacia 02. Não restou comprovado que tenha sócio comum com a Viação Piracicabana. Na presente fase processual não restou comprovadas ilegalidades específicas, que viessem a favorecê-la.

Quanto ao Consórcio HP-ITA, formado pelas empresas HP Transporte Coletivos Ltda e Ita Empresa de Transportes Ltda, vencedora da Bacia 03. Na presente fase processual não restaram comprovadas ilegalidades específicas, que viessem a favorecê-la.

Quanto ao empresa Expresso São José, vencedora da Bacia 05. Na presente fase processual não restaram comprovadas ilegalidades específicas, que viessem a favorecê-la.

k) Cedigo que muitas ações judiciais discutem a validade da presente licitação. Tal situação é muito comum e natural, tendo em vista a relevância da licitação, a importância do serviço de transportes público, o inconformismo das antigas empresas prestadoras com as novas regras de exploração do serviço, os empresários que têm interesse direto em criar obstáculos ou atrasar a finalização do processo, cidadãos que detêm interesse político em afirmar que moveram ação contra a licitação, pessoas do povo que buscam um serviço de melhor qualidade, entre outros fundamentos.

Cada ação discute certos pontos do edital ou do processo em si, apresentando certas provas. Ao Poder Judiciário cabe o exame das provas e alegações produzidas, verificando-se foi descumprida a lei ou os princípios básicos da Administração Pública, mormente aqueles constantes do art. 37 da CF/88 e o disposto na Lei 8666/93.



Mostra-se necessário e urgente a finalização do processo de licitação dos transportes públicos do Distrito Federal. Contudo, essa finalização não poderá ser levada a efeito de qualquer modo, mormente quando o caminho escolhido debanda para a ilegalidade, abuso de poder, ou favorecimento pessoal de algumas empresas.

Também cedejo que a Decisão Judicial deverá antever um modo de continuação extraordinária do serviço público, tendo em vista sua essencialidade.

l) No presente caso, em exame inicial, restou demonstrado que a contratação das empresas Viação Marechal Ltda (que foi vencedora da Bacia 4) e da empresa Viação Piracicabana (que foi vencedora da Bacia 1) está eivada de irregularidades e ilegalidades. Bem como, restou demonstrado o comprometimento direto entre essas empresas e o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck, o que impede que tal escritório atue em consultoria jurídica nas Bacias em que tais empresas disputarem a concorrência.

Assim, revelando-se a ilegalidade no procedimento licitatório, com favorecimento pessoal de algumas empresas, mormente a partir da fase de habilitação dos concorrentes, deverão ser suspensos os contratos administrativos, relativamente À BACIA 01 E À BACIA 04, e ser determinado o retorno da licitação da Bacia 01 e da Bacia 04 À FASE DE HABILITAÇÃO DE CONCORRENTES E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS. Devendo ser estabelecido novos prazo para habilitação dos concorrentes e apresentação propostas. Bem como deverá se impedir que o Escritório preste consultoria relativamente às Bacias disputadas por essas duas empresas.

ASSIM, por todo o exposto, em sede de antecipação de tutela, DECIDO:

- a) SUSPENDER O CONTRATO ADMINISTRATIVO DA BACIA 1 (UM) - cuja empresa vencedora foi a VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA, determinando que a licitação retorne à fase de habilitação de concorrentes e apresentação de propostas, devendo ser estabelecidos novos prazos para habilitação dos concorrentes e apresentação de propostas. Sendo que, se houver a participação da empresa Viação Piracicabana Ltda ou Viação Marechal Ltda, a Comissão de Licitação não poderá utilizar-se da Consultoria Jurídica do Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck.
- b) SUSPENDER O CONTRATO ADMINISTRATIVO DA BACIA 4 (QUATRO) - cuja empresa vencedora foi a VIAÇÃO MARECHAL LTDA, determinando que a licitação retorne à fase de habilitação de concorrentes e apresentação de propostas, devendo ser estabelecidos novos prazos para habilitação dos concorrentes e apresentação de propostas. Sendo que, se houver a participação da empresa Viação Piracicabana Ltda ou Viação Marechal Ltda, a Comissão de Licitação não poderá utilizar-se da Consultoria Jurídica do Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck.
- c) Determinar que, se as mencionadas empresas (Viação Piracicabana Ltda ou Viação Marechal Ltda) já estiverem operando o sistema público de transporte, poderão continuá-lo, por no máximo 30 (trinta) dias, a contar da publicação da presente decisão. Vencido esse prazo, a exploração deverá retornar a situação que existia anteriormente à assinatura do contrato administrativo.
- d) Recebo a emenda de fls. 305/307. A Secretaria deverá fazer a inclusão no pólo passivo. Citem-se as pessoas jurídicas para responder à ação. Intimem-se da presente decisão.

Intimem-se.

Brasília - DF, quinta-feira, 26/09/2013 às 21h38.



Processo Incluído em pauta : 27/09/2013



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD



EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 21ª VARA DA SEÇÃO
JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

— Cópia —

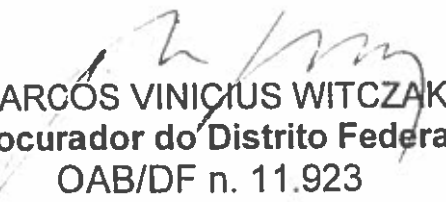
JUSTIÇA FEDERAL-DF
20 FEV 11 05:23 0054,11
PROTOCOLO NUCJU
RELÓGIO NA 16

PROCESSO: 16170-13.2013.4.01.3400
A: ROTA DO SOL TRANSPORTE E TURISMO LTDA

DISTRITO FEDERAL, por seu Procurador, vem
respeitosamente à presença de V. Ex^a. informar que a liminar referida pela
parte autora (fls. 782/788) foi **cassada** pelo Desembargador Presidente do
TJDF em suspensão de segurança, tendo sido mantida a decisão no
julgamento de Agravo Regimental pelo Conselho Especial do Tribunal, em
acórdão cuja cópia segue anexa.

Pede deferimento.

Brasília/DF, 18 de fevereiro de 2014.


MARCOS VINICIUS WITCZAK
Procurador do Distrito Federal
OAB/DF n. 11.923



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD



EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 21ª VARA DA SEÇÃO
JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

— Cópia —

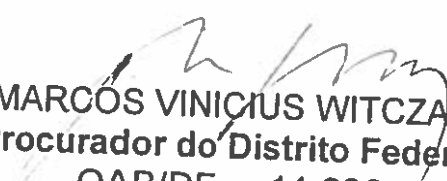
JUSTIÇA FEDERAL-DF
20 FEV 11 05:23 005471
PROTOCOLO NUCJU
RELÓGIO Nº 16


PROCESSO: 16170-13.2013.4.01.3400
A: ROTA DO SOL TRANSPORTE E TURISMO LTDA

DISTRITO FEDERAL, por seu Procurador, vem
respeitosamente à presença de V. Ex^a. informar que a liminar referida pela
parte autora (fls. 782/788) foi cassada pelo Desembargador Presidente do
TJDF em suspensão de segurança, tendo sido mantida a decisão no
julgamento de Agravo Regimental pelo Conselho Especial do Tribunal, em
acórdão cuja cópia segue anexa.

Pede deferimento.

Brasília/DF, 18 de fevereiro de 2014.


MARCOS VINICIUS WITCZAK
Procurador do Distrito Federal
OAB/DF n. 11.923

	Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	TJDFT
---	---	--------------

Órgão : CONSELHO ESPECIAL
Classe : AGRSSG – AGRAVO REGIMENTAL NA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA
Nº Processo : 2013.00.2.023928-3
Agravantes : ELIETE MARIA DE SOUZA e REGINA CELINA MONTEIRO
Agravado : DISTRITO FEDERAL
Relator : Desembargador DÁCIO VIEIRA - Presidente

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO POPULAR. LIMINAR. SUSPENSÃO DE LIMINAR MANEJADA. AGRAVO REGIMENTAL. GRAVE LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICA. PRESENÇA DOS REQUISITOS QUE AUTORIZAM A SUSPENSÃO DA LIMINAR DEFERIDA. PREVALÊNCIA DA PROTEÇÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS. RECURSO DESPROVIDO.

I – Não cabe, na sede estrita de suspensão de liminar, examinar questões de fundo envolvidas na lide principal, devendo a análise cingir-se tão-somente à potencialidade lesiva da decisão. O juízo realizado se circunscreve, pois, ao exame da conveniência e da oportunidade de se conter os efeitos da decisão proferida contra o Poder Público, até final deslinde da demanda, desde que contemplada a supremacia do interesse público, com o escopo de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

II - A suspensão dos efeitos da decisão liminar deferida nos autos da ação popular preserva a ordem e a economia pública, na medida em que impede a paralisação de grande parte do serviço de transporte público no Distrito Federal.

III – Presentes tais requisitos, é de se deferir a suspensão de liminar concedida no bojo de ação popular.

III – Agravo regimental desprovido. Unânime.